

22

Página

FGV
GVces

NÚMERO 86
JULHO 2014



EDUCAÇÃO POLÍTICA

Como fazemos nossas escolhas?

Humberto Dantas: "Brasileiro mostra pouco envolvimento"

Escola: Lugar para ensinar cidadania e experimentar democracia

Movimentos: Conheça o aprendizado que se adquire nas ruas

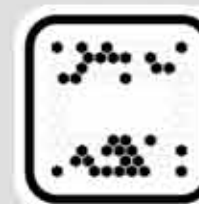


AS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS ESTÃO AÍ.
JÁ PENSOU
O QUE VOCÊ TEM
A VER COM ISSO?

O Santander dá dicas e ajuda você a reduzir,
calcular e compensar suas emissões de CO₂.

Saiba mais em www.santander.com.br/co2

CO₂MPENSO



Saiba tudo sobre o
Programa Reduza e Compense.
Faça o download do leitor
no phdmobi.com pelo celular,
abra o aplicativo
e fotografe este código.

SAC: 0800-762-7777 | Ouvidoria: 0800-726-0322

 **Santander**
um banco para suas ideias

O pilar da **educação**

O **Brasil de Copas atrás** enfeitava ruas, carros e se entregava deliberadamente para a festa, manifestando a grande capacidade de celebração que nos é característica. Desta vez, em que o País é anfitrião, um descontentamento generalizado ganha espaço. Os gastos com o evento provocaram a expressão de demandas ditas difusas, mas todas envolvendo um anseio: acesso a direitos e oportunidades para uma vida de mais qualidade. A sensação é de que não há circo que aplaque essa irritação. Amadurecemos?

A insatisfação que tem levado aos mais variados protestos e reivindicações representa a política em seu estado mais puro, o da ocupação da ágora. Embora o Brasil pareça avançar nesse ponto e também seja reconhecido internacionalmente pelos mecanismos de democracia participativa, há uma questão anterior mal resolvida: a da formação política, um dos pilares da democracia.

A grande massa populacional, segundo pesquisa, mostra-se rudimentar em matéria de educação para a cidadania (*mais em entrevista com Humberto Dantas à pág. 14*).

Esse aprendizado pode e deve ser estimulado em canais formais como escolas, instituições e meios de comunicação, e não formais, como movimentos organizados.

“Por meio da educação política, as pessoas se capacitam para participar dos processos políticos e da sociedade de forma responsável. Ninguém nasce democrata, e a democracia sem democratas não tem condições de sobreviver a longo prazo”, sustenta a Fundação Konrad Adenauer (KAS, na sigla em alemão), que apoia institucionalmente esta edição de PÁGINA22. A KAS trabalha pela expansão e pelo fortalecimento da democracia liberal e dos princípios do Estado de Direito no mundo inteiro, promovendo cursos, *workshops* e publicações como esta.

Boa leitura!

22

Página

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER II Thaís Herrero
REPÓRTER I Carol Nunes

EDIÇÃO DE ARTE Marco Antonio
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)

REVISORES José Genulino Moura Ribeiro e Kátia Shimabukuro
GESTORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Annelise Vendramini, Arthur Fujii, Diego Viana, Eduardo Shor,
Fabio F. Storino, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e
textos), Magali Cabral, Mônica C. Ribeiro, Ricardo Abramovay

ENSAIO FOTOGRÁFICO Caio Vilela

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalr.p.com.br
(11) 3063.5677

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22


CONSELHO EDITORIAL
Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,
José Eli da Veiga, Leeward Wang,
Mario Monzoni, Natália Garcia, Pedro Telles,
Roberto S. Waack e Rodolfo Guttilla

IMPRESSÃO HRosa Serviços Gráficos e Editora

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.800 exemplares
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por
colaboradores expressam a visão de seus autores, não
representando, necessariamente, o ponto de vista de
PÁGINA22 e do GVces.



A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE
REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS
PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

 PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL,
ADERIU A LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM,
É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO
IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



CAPA

Cidadania inconclusa

Em algum momento perdemos o gosto pela política e, com isso, o caminho para conquistar direitos civis, políticos e sociais

12 Economia Verde O Ministério da Agricultura não monitora a aplicação de quatro inseticidas danosos aos insetos polinizadores, apesar das medidas de segurança previstas na legislação

14 Entrevista Sem educação política, a democracia não para em pé, diz Humberto Dantas, do Insper. Segundo estudo, dois terços da população brasileira foram reprovados em matéria de envolvimento político para a cidadania

34 Educação Formal As escolas, além de constituírem um espaço para o ensino curricular da política e da cidadania, representam microcosmos da sociedade, nos quais se pode experimentar a democracia desde cedo

42 Educação Não Formal Espontâneo e multiplicador, o aprendizado político gerado em espaços informais de mobilização social tem o potencial de transformar o ambiente escolar e as arenas de participação

SEÇÕES

CAPA: DOBRADURA DE KÁTIA SHIMABUKURO

6 Notas | 9 Artigo | 10 Antena | 11 Web | 26 Retrato | 40 Artigo | 41 Coluna | 49 Análise | 50 Última

Caixa de entrada

COMENTÁRIOS DE LEITORES
RECEBIDOS POR E-MAIL, REDES
SOCIAIS E NO SITE DE PÁGINA22

INBOX

[EDIÇÃO 85 - ÉTICA E ANIMAIS]

Texto é interessante ao propor o debate, mas, para mim, tem uma falha central ao focar apenas o bem-estar, ou seja, não coloca o animal como ser com direitos básicos como vida e integridade física. Se tenho o direito de matar, ainda sou superior. Os animais são sujeitos de si ou precisamos apenas garantir o bem-estar, e continuamos matando? *Roberto Parente*

Deveriam mandar pra a sra. Ana Maria Braga, que hoje (21/5) teve um quadro de adestramento com galos tocando piano, ratos mergulhando em tanques de água para recuperar bolinha, macacos, vestidos com fralda e camiseta polo, dirigindo carro elétrico de brinquedo. Uma pena isso ser considerado entretenimento para a raça humana. *Elaine Smith*

[POR UM REINO MAIS IGUAL - ED. 85]

Já está na hora de o Brasil mudar os valores em relação aos animais, afinal eles sofrem calados... *Doroti Maria Matias da Conceição*

[EDIÇÃO 84 - POR ÁGUA ABAIXO]

Parabéns pela edição. Senti falta de aprofundarem o tema água de chuva para as cidades. A meu ver, captação e uso não potável de água de chuva trazem uma solução rápida e barata à escassez enfrentada principalmente nas metrópoles e regiões industrializadas. Além de reduzir a demanda por água tratada, ajuda a solucionar os problemas de enchentes. Excelente ponto de vista do prof. Júlio Cerqueira César Neto, dizendo que as empresas de saneamento deveriam ser remuneradas por tipo de serviço e eficiência da gestão, e não por volume de água fornecida. *Claudio Bicudo Mendonça*

BICICLETAS I

Compartilhamento em alta no Brasil

Levantamento realizado pela revista PÁGINA22 em sites especializados e de notícias mostra que os programas de compartilhamento de bicicletas registram expansão acelerada no Brasil. Desde outubro de 2011, quando o Bike Rio começou a operar na capital fluminense, pelo menos 18 cidades seguiram o exemplo. A capital federal foi a mais recente cidade brasileira a adotar a iniciativa parecida, denominada Bike Brasília, em funcionamento desde 28 de maio.

Também há projetos similares em Salvador (Salvador Vai de Bike), Araca-

ju (Caju Bike), Petrolina (PetroBike), em Pernambuco, São Paulo (Bike Sampa), Santos (Bike Santos), Bertioga (RiviBike), Indaiatuba (EcoBike), Sorocaba (Integra Bike) e Ipaussu (DukeBike), no estado de São Paulo; Toledo (Toopedalando) e Curitiba, no Paraná; e Porto Alegre e Lajeado, no Rio Grande do Sul.

O primeiro sistema intermunicipal de compartilhamento de bicicletas, o Bike PE, foi criado em Pernambuco em maio de 2013, integrando Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes.

Além dos benefícios para o meio

ambiente e a saúde, a implantação desses programas estimula investimentos na infraestrutura cicloviária, como no projeto Salvador Vai de Bike. Iniciado em setembro de 2013, o sistema da capital baiana levou à implantação de três ciclofaixas de lazer e turismo na orla e no centro histórico.

Encontram-se sob estudo propostas para a criação de programas de compartilhamento em Foz do Iguaçu (PR), em Rio Branco (AC) e no Espírito Santo, integrando os cinco municípios da Grande Vitória. – José Alberto Gonçalves Pereira



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

BICICLETAS II

Espanha na frente

Sistemas de compartilhamento de bicicletas operavam em 600 cidades de 52 países no início deste ano, em uma frota combinada de 570 mil bikes, segundo o Earth Policy Institute (EPI), organização sediada em Washington D.C., nos Estados Unidos.

A Espanha lidera a relação dos países com o maior número de programas de compartilhamento, com 132 iniciativas, seguida pela Itália (104). O maior programa individual está em Wuhan, sexta maior cidade chinesa, com 9 milhões de habitantes e 90 mil bicicletas compartilhadas. Ao fim de 2013, a China abrigava 82 programas

com uma frota combinada de 380 mil bicicletas.

Nos Estados Unidos, há atualmente 36 programas de compartilhamento. A previsão do EPI é de que a frota americana quase duplique até o fim deste ano, alcançando mais de 37 mil bicicletas compartilhadas.

Já o sistema Vélib' viu o número de ciclistas aumentar 41% desde seu lançamento em Paris em 2007. Aproximadamente 24 mil bicicletas podem ser retiradas das mais de 1.700 estações da área central da capital francesa e subúrbios. (JAGP)

TURISMO

Cruzada pelos parques nacionais

Faz vinte anos que entidades ambientalistas pedem atenção aos parques nacionais – potências para o turismo no Brasil que promovem conservação, emprego e renda, mas que não são valorizados: falta verba para criar estrutura e atrair visitantes. Então, desde maio, uma coalizão de organizações tem atuado intensamente em defesa da causa.

Segundo Douglas Simões, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta), nas últimas duas décadas, pouco foi investido no setor. “O objetivo é sensibilizar de vez o poder público e a sociedade. Não podemos mais esperar”, disse à PÁGINA22.

Em junho, a entidade entregou o manifesto Parques Pedem Socorro para o ministro do Turismo, Vinicius Lages, e para a Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados. E espera que essas frentes atuem com o governo federal e ajudem a destinar mais recursos. O documento conta com apoio das mais

influentes ONGs e entidades e foi lançado publicamente em maio.

Apesar da riqueza de fauna e flora nativa, apenas 26 dos 70 parques nacionais são abertos a visitantes e 18 têm infraestrutura satisfatória. Um estudo do Ministério do Turismo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) apontou que, em 2012, entre os estrangeiros que tiraram férias no Brasil, metade buscava atividades em ambientes de natureza. Naquele ano, no entanto,

5,3 milhões de pessoas foram a parques nacionais e geraram R\$ 27 milhões com a venda de ingressos.

O estudo *Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional* apontou que até as Olimpíadas, o País tem potencial para receber 13,7 milhões de pessoas em seus parques e chegar a R\$ 1,8 bilhão por ano, mas, para isso, precisa de um pontapé inicial de investimentos. – Thaís Herrera



DEN WILLIAMS/FLICKR

EMPRESAS I

Sem vacas magras

Sem se abalar com a desaceleração da economia, as operações brasileiras da Unilever faturaram R\$ 15 bilhões em 2013 – 12,5% a mais que no ano anterior. “Sustentabilidade como modelo de negócio é a grande responsável pelo nosso crescimento no Brasil”, afirmou o diretor de comunicação e assuntos corporativos, Antonio Calcagnotto, durante evento da companhia.

O presidente da Unilever brasileira, Fernando Fernandez, ratificou o discurso do colega: “Nossos números mostram que não existe contradição alguma entre sustentabilidade e crescimento”. Fernandez explica que o Plano Global de Sustentabilidade move a inovação na criação de produtos mais ecoeficientes e a otimização de custos de produção, iniciativas que diferenciam o seu aumento de faturamento em relação ao de outras empresas do setor de bens de consumo (mais do Plano em entrevista à PÁGINA22 em bit.ly/1mONH37). Como um dos resultados desse esforço, a Unilever apresentou uma redução de 12,5% das emissões diretas e indiretas de gases-estufa em 2013 na comparação com 2012. – Carol Nunes

EMPRESAS II

Soja na mira

Uma das metas mais ambiciosas do Plano Global de Sustentabilidade da Unilever é obter 100% de sua matéria-prima agrícola de fonte sustentável até 2020 (confira em bit.ly/1jP1PpY). O primeiro avanço concretiza-se com o óleo de palma, cujo volume total adquirido globalmente já tem a certificação Green Palm.

No Brasil, o desafio é estender a rastreabilidade para todos os insumos vegetais. Em 2013, um quarto do volume de açúcar adquirido veio de fontes certificadas pela iniciativa Bonsucro, que tem acompanhamento do WWF. Dois produtores de soja não transgênicos já foram certificados pela Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS), os primeiros do segmento no País.

A Unilever quer estruturar a certificação dessa matéria-prima no Brasil à semelhança do que foi feito com o óleo de palma no mundo. “Tendo em vista o contexto do desmatamento, convidamos outras empresas a fazerem parte da RTRS e se comprometerem com a certificação”, argumenta Lígia Camargo, diretora de Sustentabilidade da companhia no País. (CN)

Olha isso!

FABIO F. STORINO
Doutor em Administração Pública e Governo

Governo como plataforma

Em um país que ainda não foi capaz de cumprir agendas do século XIX (saneamento básico, habitação etc.), nós, brasileiros, tendemos a depositar sobre os governos a expectativa de resolver muitos de nossos problemas. Ouvi narrativas similares no semestre em que morei nos Estados Unidos, mas os americanos esperavam soluções vindas do setor privado. E por que não de nós, cidadãos?

Jennifer Pahlka, fundadora e diretora executiva da iniciativa Code for America, uma rede de *geeks* que visa o desenvolvimento de soluções abertas para a administração pública (como uma *hackathon* de mais longa duração), vê a possibilidade de governos se tornarem “plataformas” para a emergência de uma cidadania ativa, engajada na solução dos problemas de sua cidade (ver sua palestra TED em on.ted.com/JPahlka).

Cita como exemplo um aplicativo móvel desenvolvido por um membro do projeto para a cidade de Boston, que convidava os moradores da cidade a “adotar” hidrantes próximos à sua casa, retirando a neve de sua volta no inverno. A solução se multiplicou, tendo sido adotada em Honolulu em relação às sirenes de alerta de tsunamis (que às vezes têm suas baterias roubadas), Seattle fez o mesmo em relação a suas bocas de lobo (que entopem de folhas no outono), e várias outras cidades adaptaram essa mesma solução.

Ainda que não houvesse outra razão, iniciativas como a Code for America poupam os bolsos dos contribuintes. Um processo de licitação de soluções de TI pode levar anos e custar milhões de reais, comparado ao trabalho de alguns dias ou



TERENCE S. JONES/WIKIMEDIA COMMONS

semanas feito por voluntários da sociedade civil, muitas vezes resultando em uma solução tecnicamente superior e, o que é muito importante, aberta, podendo ser copiada e modificada por outros governos para atender a suas especificidades.

Soluções como essas não tratam da terceirização das responsabilidades dos governos para sua população. Muitas vezes ocorre o contrário: facilitam a cobrança pela população de ações de seus governos, aumentando a responsabilização destes. Quando a solução prescinde de intervenção estatal, faz com que os habitantes percebam que também são corresponsáveis por sua cidade.

Como argumenta Benjamin Barber, autor de *If Mayors Ruled the World (Se os prefeitos comandassem o mundo)*, enquanto estados e países são abstrações, cidades

são construções mais concretas, onde as pessoas de fato nascem, vivem e morrem (ver seu TED em on.ted.com/Barber). Mais importante: nelas as pessoas estão mais próximas de seus representantes eleitos, inclusive fisicamente. É talvez nas cidades, portanto, que esteja o maior potencial de o governo servir como plataforma para uma cidadania ativa.

Se governos forem capazes de ativar e engajar esse espírito comunitário de seus cidadãos, fazendo com que grades e muros, que hoje separam vizinhos, sejam gradativamente substituídos por praças e outros espaços públicos que os unam em torno de soluções para os problemas cotidianos, tornará não apenas seu trabalho mais fácil (por ampliar o número de parceiros em uma causa comum), como melhor a vida na cidade.

DIEGO VIANA

Jornalista, doutorando no Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da FFLCH/USP (Diversitas). Professor convidado na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

artigo



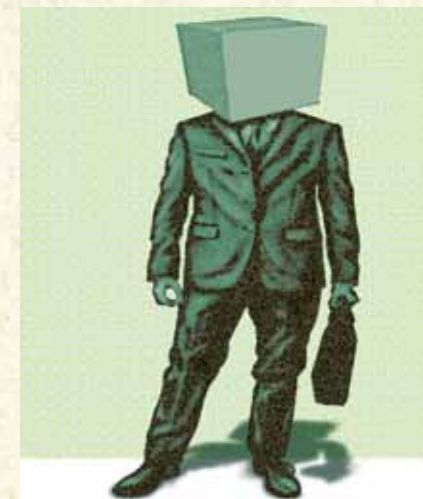
De pleonasmos a paradoxo

A política esteve na origem dos conceitos e práticas da educação. Mas o afastamento das duas noções indica que algo mudou de lugar – seja em uma, seja em outra

Parece até um paradoxo falar em educação política, quando justamente foi de olho na política que se desenvolveram as primeiras ideias sistemáticas de educação. Crer que os jovens devam ser educados surgiu como contraste com outras formas de preparar para a vida adulta: o treinamento, o aprendizado e, sob certos aspectos, o adiestramento. Desde Sócrates e Protágoras, a perspectiva de participar da política e de conduzi-la esteve na origem do conceito e das práticas de educação, a tal ponto que uma expressão como “educação política” poderia ter sido um pleonasmos.

Mas, ao fim e ao cabo, essas duas noções estão tão afastadas na nossa mentalidade que o próprio afastamento pode ser tomado como um sintoma de que algo mudou de lugar, seja na política, seja na educação. Hoje, se falamos em educação, no mais das vezes pensamos nas penosas etapas que levam ao diploma e, do diploma, ao trabalho. Educar-se é estar atento à *empregabilidade*. O que o mercado espera de um bom profissional desta ou daquela área? Pois é isso que vou estudar. Usamos o termo “educação” para designar algo que outrora mereceria o nome de treinamento ou aprendizado.

Hannah Arendt, em *A Crise da Educação*, um ensaio de 1954, debate o que na época se percebia como queda na qualidade da educação nos EUA. Ela estabelece que o problema não é saber “por que Joãozinho ainda não sabe ler”, mas como a educação prepara a próxima geração para entrar em um mundo de adultos. Ao dizer que a política não deveria orientar a educação, mas ser uma arena daqueles que foram educados, a filósofa se atraca com uma série de utopias políticas estreitamente ligadas à pedagogia, que acreditavam poder melhorar o mundo simplesmente melhorando a formação das crianças. Essa ilusão, ela diz, é o melhor caminho para a doutrinação.



O ponto de Arendt está em entender que alguém é educado para poder fazer a política, e não para que a política se faça nela. Isso *faz* toda a diferença. Tomar o tempo de formar um menino na pólis, ensinando-lhe retórica, lógica, geometria, só valeria a pena se tivesse um propósito mais ambicioso do que preparar para o trabalho ou transmitir a tradição.

A função do pedagogo e do sofista era formar aqueles que, na ágora de Atenas e suas congêneres, debateriam e determinariam os rumos da cidade, do coletivo. Daí surge a noção de *paideia*, que até hoje dá nome a escolas mundo afora e virou título da obra-prima do filólogo alemão Werner Jaeger.

Nessa lógica, educar é formar, ou seja, produzir um cidadão, um membro da comunidade política, capaz de atuar na definição dos rumos da sociedade. A *paideia* formava não mais que as altas classes, os proprietários, únicos de quem se esperava que fizessem política. Aos demais, treinamento, adiestramento, aprendizado. O mesmo vale para o ensino do *trivium* e do *quadrivium*, as artes liberais da Idade Média e do Renascimento. Quem passava por essa experiência não era artesão ou camponês.

Assim, não é por acaso que o proces-

so de generalização de ideais democráticos foi simultâneo aos esforços para universalizar a educação, sem falar nas inúmeras utopias pedagógicas criticadas por Arendt. Se a democracia é o regime em que todos têm voz, então todos devem estar preparados para se pronunciar. Para tanto, é preciso estar a par dos assuntos mais determinantes para os destinos da comunidade. Isso exige educação, ou melhor: formação, no sentido que o linguista alemão Wilhelm von Humboldt atribuía ao termo *Bildung*, que combinava “ciência objetiva e formação subjetiva”.

OMERCADO ENTRA EM CENA

Claro que um terceiro elemento também atuou na universalização da educação: o avanço acelerado dos processos produtivos, que exigiam e continuam exigindo trabalhadores cada vez mais qualificados. A ideia corrente de que a educação é uma etapa preparatória para o mercado de trabalho pode ser explicada em termos humboldtianos como separação entre a “ciência objetiva” e a “formação subjetiva”, mas excluindo essa segunda categoria.

Por outro lado, também se pode lançar um convite à reflexão com uma hipótese bem diferente. O desejo de quem se dedica anos a fio à educação para atuar no mercado de trabalho tem algo em comum com o ideal da formação que dá subsídios à atuação política.

Trata-se de uma modalidade de abertura para a esfera do comum e da interação; um arremedo, que seja, da vida pública. Isso leva a crer que o modo de participação no coletivo, hoje, não vai muito além do mercado em si.

Com isso, seríamos levados a crer que a atuação no mercado tomou por completo o lugar da atuação política. Se for assim, não deveria surpreender a dificuldade em educar, ou formar, para a participação pública.

O clima em debate

O conflito político e jurídico que se instalou entre São Paulo e Rio de Janeiro no começo do ano pelo uso da água do Rio Paraíba do Sul já é um exemplo de potencial impacto da mudança climática no Brasil, segundo José Marengo, climatologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Marengo esteve no evento de discussão sobre o 5º Relatório de Avaliação (AR5) do IPCC, que no ano passado divulgou cenários para o planeta diante do aquecimento global. O debate ocorreu em 26 e 27 de maio, promovido pelo Observatório do Clima com apoio do GVces. Foi fruto de uma parceria com a Climate Action Network (CAN), rede internacional de organizações não governamentais que promove encontros em vários países para abordar o conteúdo do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC).

Também participou do evento Roberto Schaeffer, engenheiro e pesquisador da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrantes do IPCC, Schaeffer e Marengo apresentaram análises dos cenários previstos, ideias e possíveis saídas no enfrentamento da mudança climática. A mitigação e a adaptação tiveram destaque nas apresentações.

Segundo Marengo, o tema da adaptação foi

ignorado por muito tempo e só veio a despontar nos últimos três anos. Ainda assim, avalia que não está avançando de forma ordenada. Entre as principais mudanças que o planeta mais quente enfrentará, o cientista apontou a variabilidade de eventos extremos e a alteração nos regimes de precipitação e no padrão de temperatura – possivelmente relacionadas à seca no verão paulista.

As emissões de gases estufa não param de crescer, e a década de 2010 é a pior até hoje, segundo dados do IPCC. Por isso, “não mitigar não é uma opção”, disse Schaeffer. Aglomerados urbanos, principalmente em países em desenvolvimento, como os asiáticos, são uma grande oportunidade de iniciar a mitigação em larga escala, acredita.

Como esses países estão construindo parte de sua infraestrutura, é possível torná-la menos poluente, por exemplo, ao priorizar o investimento em fontes limpas de energia.

“Não é uma questão de ignorar países da Europa, porém, é mais fácil fazer a mitigação em infraestruturas em construção, como na China. O país poderia investir intensamente no setor de transporte ou na organização das cidades, mas, em vez disso, chega a instalar uma térmica a carvão por semana.”

Compra de madeira sustentável

Quatro casos do poder público brasileiro que regulamentaram a compra de madeira de origem amazônica foram relatados em um artigo elaborado pela Rede Amigos da Amazônia (RAA) e publicado na *Revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, da FGV, em 2011. Na época, o GVces participava da secretaria-executiva do projeto e colaborou com o artigo “Consumo Responsável de Madeira Amazônica: a adoção do instrumento da licitação sustentável por governos subnacionais membros da Rede Amigos da Amazônia”.

O documento, considerado pela FGV como um dos mais relevantes sobre políticas públicas, terá uma versão publicada na *Revista de Administração de Empresas*, na edição comemorativa aos 60 anos da Eaes. Trata-se de um registro inédito que relata como as prefeituras municipais de Sorocaba, São Paulo, Porto Alegre e o governo de São Paulo – todos membros da RAA – instituíram leis, práticas e grupos de trabalho para que a madeira usada em obras do poder público não fossem oriundas de desmate ilegal. E aderiram aos programas Cidade Amiga da Amazônia e Estado Amigo da Amazônia e ao Termo de Compromisso pelo Futuro da Floresta, que permitiram melhorias na gestão pública da madeira (mais em Sintonizando)

A Rede Amigos da Amazônia surgiu há 11 anos, quando o Greenpeace liderou uma campanha internacional sobre desmatamento e identificou que o mercado interno brasileiro era o maior consumidor de madeira ilegal da região. Na época, aproximadamente dois terços da produção ficavam no País e, segundo a ONG, a maior parte do volume era consumida pelo poder público.

SINTONIZANDO



ANÁLISE DOS CASOS

Mais sobre os casos detalhados no artigo sobre consumo da madeira pelo poder público:

Tanto Porto Alegre quanto Sorocaba (SP) tiveram manifestações populares como propulsores à adesão do Termo de Compromisso e, por isso, ambas as cidades enfrentaram dificuldades para implementação e promover a aceitação dos atores envolvidos. Houve desorganização inicial do grupo técnico de trabalho e até a paralisação dos processos.

Ainda assim, na capital gaúcha, verificou-se uma internalização da agenda do consumo responsável da madeira com envolvimento de diferentes secretarias municipais, o que é recomendável para o desenvolvimento das atividades correlatas. O estado de São Paulo e sua capital já possuíam políticas relacionadas à licitação sustentável antes mesmo de os programas temáticos do Greenpeace entrarem na agenda política local. Isso permitiu que ações pelo consumo responsável, no caso da madeira, fossem implementadas com mais facilidade.

PRATA DA CASA

As barreiras à informação

A Lei de Acesso à Informação (LAI) completa dois anos com alguns avanços e muitos desafios a serem superados. Apesar de boa parte dos órgãos federais dos poderes Executivo e Legislativo atenderem às demandas por informação pública, ainda falta transparência ao Poder Judiciário e aos órgãos estaduais e municipais, segundo os resultados apresentados pela Rede pela Transparência e Participação Social. Outras informações sobre o desempenho da LAI podem ser acompanhadas pelo site livreacesso.net, observatório criado pela ONG Artigo 19.

A LAI tem por objetivo garantir que cidadãos e organizações acessem dados relacionados aos órgãos públicos. Precisa, no entanto, ser mais bem absorvida pela burocracia, que ainda não se mostra preparada para fornecer as informações com agilidade e clareza. “Nós tivemos avanços, mas andamos devagar. Entendemos que dois anos é o tempo suficiente para fazer as adequações mínimas”, avalia Joara Marchezini, pesquisadora da Artigo 19.

Leia em fgv.br/ces/pagina22 a íntegra da reportagem sobre as mudanças sugeridas por ativistas para melhorar o acesso à informação pública no Brasil



MUNDO AFORA

Previsão do futuro

Imagine o mundo afetado pelo aquecimento global daqui a muitos anos e uma ferramenta que forneça esse cenário com dados sobre clima, saúde pública e meio ambiente para informar a população e políticos. Essa ferramenta já está disponível gratuitamente e se chama *Pulse-Brasil* (Platform for Understanding Long-term Sustainability of Ecosystems). Foi desenvolvida por pesquisadores brasileiros e britânicos. Estão lá dados observados entre 1950 e 2012 e projeções de futuro baseadas nos modelos do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), como médias de temperatura, precipitação pluviométrica, vazão dos rios e casos de enfermidades como dengue, malária e doenças respiratórias – consideradas sensíveis à variação de temperatura e de chuva. Acesse em pulse-brasil.org/tool.

Descobrimo a América

Mais de 35 mil publicações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), que datam desde 1948, estão agora disponíveis para consulta e acesso em formato digital no repositorio.cepal.org.

Os livros, relatórios, séries, revistas, boletins e documentos de conferências e reuniões somam mais de 2,5 milhões de páginas, de 8 mil autores em cinco idiomas.

A Cepal é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas que estudam e promovem políticas para o desenvolvimento local, apresentam alertas, ideias e propostas de políticas públicas. No Brasil, se faz presente desde 1952. Com o Repositório, visa aumentar sua visibilidade diante da sociedade civil e o impacto do seu trabalho, além de garantir a conservação de sua propriedade intelectual a longo prazo.

VALE O CLICK

AJUDA MÚTUA

O Ecodobem.com.br é um site de financiamento coletivo que inovou no conceito de “recompensas”. Ele oferece produtos com valor social ou baixo impacto ambiental (por exemplo, reciclados, feitos por pequenas comunidades, que têm carbono neutro etc). Outra diferença é que projetos podem ser do tipo “flexível” e são aprovados mesmo que não atinjam a meta mínima. O criador fica com o montante de dinheiro que conseguir levantar.

MÃO NA RODA

O site do Movimento Bicicletando e seu guia colaborativo são boas fontes para auxiliar ciclistas pelas cidades do Brasil ([em bicicletando.com.br/guia](http://em.bicicletando.com.br/guia)). Há informações sobre as melhores vias, regras de transporte público, grupos de pedal, indicações de bicicletarias, entre outros. O aplicativo gratuito Bicicletando tem ainda contador de quilometragem e de economia de CO₂.

MITOCÔNDRIA

Em sua primeira edição digital, a revista digital *Mitocôndria – A cultura que respira a cidade*, viaja pelo centro de Belo Horizonte para descobrir a *black music*. O objetivo da nova publicação é desvendar a cidade e seus conflitos, histórias, artes, múltiplas linguagens e mostrar essas realidades e as implicações artísticas no cotidiano. Acesse a revista em issuu.com/revistamitocondria.



AMALIA SAPATLE

Abelhas à deriva

Apesar de assinar atos legais com o Ibama sobre o assunto, o Ministério da Agricultura não monitora a aplicação de quatro inseticidas danosos aos insetos polinizadores **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

O Ministério da Agricultura (Mapa) não monitora o cumprimento das medidas de segurança previstas na legislação para proteger abelhas e insetos polinizadores em geral de potenciais danos causados pela aplicação na agricultura brasileira de quatro inseticidas que tiveram seu uso limitado em 2012. Trata-se de lacuna gravíssima, tendo em vista que o sumiço das abelhas se tornou um dos problemas mais preocupantes da agenda ambiental global, com danos de grande monta na economia agrícola (*mais na reportagem "Duelo Desigual", edição 73*).

Questionado pela reportagem sobre detalhes relevantes para avaliar a fiscalização das medidas de segurança, o Mapa transfere a responsabilidade para os estados. "O Mapa não monitora esta situação", diz Carlos Ramos Venancio, coordenador-

geral substituto de Agrotóxicos e Afins da pasta da Agricultura. Justifica a postura do ministério tomando como base o artigo 10 da Lei dos Agrotóxicos (nº 7.802/89), que situa nos 26 estados e no Distrito Federal a competência para fiscalizar o uso de pesticidas. No entanto, o artigo 12 da mesma lei prevê que a União "prestará o apoio necessário às ações de controle e fiscalização, à Unidade da Federação que não dispuser dos meios necessários". Segundo Venancio, o Mapa auxilia os estados dentro de sua possibilidade, promovendo fiscalizações conjuntas e treinamentos, entre outras atividades.

Também há um limbo legal-administrativo no caso da fiscalização da pulverização aérea, ação de elevado risco por causa da deriva, isto é, o desvio pelo vento de gotas do pesticida para áreas externas à região-alvo da aplicação, afetando humanos, a flo-

ra e a fauna, incluindo as abelhas. A INC nº 01 liberou a pulverização aérea dos quatro inseticidas para as culturas do arroz, algodão, soja, trigo e cana-de-açúcar, à exceção da época de florada, quando as plantas mais recebem a visita de abelhas e outros polinizadores. A aplicação aérea continua proibida para as demais culturas, que, porém, podem receber pulverizações terrestres dos quatro pesticidas.

Ao fim da reavaliação ambiental dos inseticidas, iniciada em julho de 2012, o Ibama poderá proibir definitivamente sua aplicação aérea para todas as culturas agrícolas, ou vetá-la para algumas culturas e estabelecer regras de segurança para a aplicação nas outras lavouras.

Há oito medidas de segurança determinadas pela INC nº 01 aos produtores rurais e empresas de aplicação de pesticidas para as pulverizações aéreas. Uma delas obriga produtores rurais a notificar os apicultores localizados em um raio de 6 quilômetros da área de aplicação com antecedência mínima de 48 horas. Não houve esclarecimentos sobre quantidade de funcionários, orçamento e conclusões relacionados à fiscalização das aplicações aéreas.

Também não foi informado se os mapas georreferenciados das aplicações aéreas estão sendo enviados pelas empresas nem se os relatórios mensais das empresas de aviação agrícola têm, de fato, sido remetidos ao Mapa, tampouco se esses relatórios atendem às cerca de 20 requisições estabelecidas pela INC nº 01. Entre essas requisições, estão a altura do voo, a velocidade do vento e dados meteorológicos. Até maio, 17 meses da publicação da INC nº 01, o Ibama não havia recebido do ministério nenhum mapa georreferenciado nem relatórios mensais das empresas responsáveis pela aplicação aérea, como manda o ato legal.

Há algum tempo o Mapa tenta remeter à alçada dos estados a responsabilidade pela fiscalização da pulverização aérea de agroquímicos. Argumenta que a lei e o decreto que regulamentaram a produção e o uso de agrotóxicos no Brasil transferiram para as unidades federativas a atribuição de fiscalização do uso de pesticidas, "independentemente da técnica de pulverização utilizada, seja aérea ou terrestre", afirma, por e-mail, Luís Gustavo Pacheco, chefe da Divisão de Mecanização e Aviação Agrícola (DMAA) do Mapa. Pacheco observa que "é notório que o Mapa, como um todo, possui deficiên-

cia de pessoal em todas as suas áreas". Segundo ele, o DMAA e o Mapa sofreram ano a ano redução nos orçamentos.

De qualquer maneira, a investida do Ibama sobre a pulverização aérea dos inseticidas associados à morte das abelhas levou a indústria de defensivos a se mexer. Em dezembro, teve início o programa de Certificação Aeroagrícola Sustentável (CAS), realizado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (Fepaf) em parceria com a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), com a finalidade de incentivar a qualificação das empresas e de operadores aeroagrícolas privados. Trata-se de uma ação do setor privado, sem participação do governo.

Mas não seriam os fabricantes de pesticidas corresponsáveis pela fiscalização da aplicação de seus produtos no campo? "A fiscalização é papel do governo. Colaboramos com a realização de dias de campo pelas empresas com os agricultores para treiná-los a usar adequadamente os defensivos. Já foram treinados em torno de 18 milhões de produtores nos últimos dez anos", responde Silvia Fagnani, diretora de Assuntos Regulatórios e Internacionais do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

O Ibama tem esclarecido em eventos públicos que o objetivo de sua atuação são os efeitos de curto e longo prazo da aplicação desses produtos sobre os insetos. "Não estamos investigando as suspeitas de casos de Desordem de Colapso das Colônias (DCC ou CCD, na sigla em inglês) no Brasil. Não é nosso papel", explica Márcio Rodrigues de Freitas, coordenador-geral de Avaliação de Substâncias Químicas. Reconhece, ainda, lacunas importantes, como a falta de um sistema de notificação de ocorrências de perdas de enxames.

Na ausência de acompanhamento oficial, Lionel Gonçalves, professor aposentado da USP de Ribeirão Preto, e Daniel Malusa Gonçalves, publicitário, lançaram em março o aplicativo Bee Alert como parte da campanha "Bee or not to be" (iniciada em outubro de 2013). Em apenas dois meses de operação, o Bee Alert recebeu relatos detalhados de 32 casos, que somam 3.034 colmeias afetadas e milhões de abelhas mortas, com evidências de DCC e intoxicação aguda por agrotóxicos.

Confira a INC nº 01 em goo.gl/1Uk1rQ e o Comunicado Ibama em goo.gl/Qyuf3p. Ambos estabelecem uma série de regras para o uso de pesticidas que contenham os seguintes princípios ativos: fipronil e os neonicotinóides imidacloprido, tiametoxam e clotianidina

A permissão da aplicação dos quatro inseticidas durante a florada do algodão, que já ocorrera na safra 2012/2013, foi estendida para a safra 2013/2014. Acesse em goo.gl/M4qDdL. A reavaliação ambiental do imidacloprido foi determinada pelo Comunicado Ibama de 19/7/2012 referido no texto, e sua conclusão é prevista para o segundo semestre de 2015. No Comunicado Ibama de 10/4/2014 (veja em goo.gl/mq3zr5), foram abertos os processos de reavaliação ambiental do tiametoxam, cujo registro no Brasil é da Syngenta, e da clotianidina (Bayer e Sumitomo). Acesse semabelhasemalimento.com.br

Não basta **participar**

POR AMÁLIA SAFATLE E MAGALI CABRAL FOTO ARTHUR FUJII

É necessário educar politicamente o cidadão, defende Humberto Dantas, nome que se tornou referência no tema no Brasil. O País, reconhecido por avanços em processos participativos de gestão, tem uma imensa lição de casa a fazer no tocante a uma educação que prepare as pessoas para a democracia – participativa, direta ou representativa. Segundo estudo que realizou, dois terços da população tiraram nota vermelha em matéria de envolvimento político para cidadania. O desinteresse com o outro ou com o que é público abre terreno vasto para a corrupção. Mas Dantas mostra trabalhos importantes sendo feitos para mudar esse jogo. Ele vê a educação política como uma revolução cultural, que pode levar 30 anos para dar resultados significativos. Mas algum dia é preciso começar.

Um estudo que o senhor realizou mostra dados estarrecedores sobre o nível de envolvimento do brasileiro com a política. Como surgiu a ideia de realizá-lo, como foi feito e com que objetivo?

A Unicamp realiza nos anos eleitorais para Presidência e governadores uma pesquisa chamada Eseb, Estudo Eleitoral Brasileiro. E eu e um colega (*José Paulo Martins Júnior*) propusemos tirar do banco de dados – de amostragem nacional, em que foram entrevistadas cerca de 2 mil pessoas – alguma coisa que mostrasse o grau de envolvimento do brasileiro com a política. Em diferentes pontos desse enorme questionário, conseguimos desvendar 19 variáveis associadas à ideia de envolvimento político do cidadão, divididas em três grupos: busca por informações, engajamento social e participação eleitoral. O primeiro, o quanto o sujeito se informa – por meio de telejornal, jornais, revistas, conversas, cursos, leituras. O segundo, o quanto se envolve com aspectos gerais da sociedade, por exemplo, participa de alguma ONG, vai em reunião de pais e mestres, em reunião de condômino, de associação de bairro. E a terceiro, o quanto esse sujeito vota sempre no mesmo

partido, pede voto, adesiva carro, janela. Consideramos que uma variável não era mais importante que a outra. Cada “sim” valia 1, e cada “não”, zero. Ou seja, o cidadão “pleno-máster-turbo” formava 19 pontos, e o cidadão completamente alienado pontuava zero ([acesse em \[scielo.br/pdf/op/v10n2/22019.pdf\]\(https://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22019.pdf\)](https://www.scielo.br/pdf/op/v10n2/22019.pdf)).

E qual foi o resultado?

A gente duvidava que existisse alguém pontuando zero. Mas, para nossa surpresa, 4,8% da amostra zeraram e menos de 4% tiveram 13 ou mais pontos. Mais de dois terços dos brasileiros (67,7%) pontuaram até 6. É trágico. E, para provar que era trágico mesmo, cruzamos esses dados com perguntas presentes no questionário: Você votaria se não fosse obrigado? Você sabe qual é o partido do presidente da República? Você sabe dizer o nome correto de um deputado federal? O grupo menos alienado (o dos 4%) tinha resultados infinitamente melhores que aquele grupo de 67,7%. Ou seja, se você envolve politicamente as pessoas, há uma probabilidade maior de legitimação dos aparatos democráticos do País. Por isso que a gente defende a educação política nas escolas, de uma forma responsável, é claro. O con-

Humberto Dantas é cientista político, professor do Insper e conselheiro do Movimento Voto Consciente. Desde 2003, coordena ações suprapartidárias de educação política, totalizando mais de 170 turmas formadas em cursos livres





ceito de democracia diz isso. Na Filosofia, o que se entende por democracia é que está necessariamente pautada sobre dois pilares. Um é a participação: na democracia representativa, significa voto; na participativa, voto e atuação em processos participativos; e, na direta, representação de seus interesses na praça como fazia o cidadão ateniense há 2.500 anos. E o outro pilar é o da informação/educação. Se você não tiver esse sujeito preparado, formado acerca do papel dele, a democracia não se ampara.

Esse estudo é de 2002. Sem os dados atualizados, é possível dizer algo sobre hoje?

A Unicamp não refez o questionário da mesma forma de 2002, mas corre à boca miúda e feliz que em 2014 deverá fazer uma nova pesquisa de fôlego. Enquanto isso, não dá pra dizer algo de forma científica, mas formular hipóteses. Eu partiria da hipótese de que não teremos resultados muito diferentes, porque não dá pra dizer que, nos últimos 12 anos, o Brasil tenha feito um esforço expressivo no sentido de politizar seus cidadãos de maneira formal. Não vejo, por exemplo, muita diferença em campanhas eleitorais, em seu conteúdo, em sua maturidade. Em 2002, o Ibope perguntou se o cidadão votaria se não fosse obrigado e 48%, 49% não votariam. Em 2010, o Ibope fez a mesma pergunta em um segundo turno e mais de 70% disseram que votariam. Eu pensei: "Puxa, pelo menos há um aumento de interesse". O problema é que recente pesquisa da *Folha* mostrou um desinteresse muito grande de novo. Minha hipótese é a de que a valorização do voto cai quando há mais insatisfação e cresce quando há maior satisfação. São coisas que andam juntas e não deveriam. Ao contrário, estar insatisfeito deveria valorizar ainda mais o voto, pois por meio dele é possível mudar alguma coisa. Mas é claro também que se pode estar descrente das instituições formais.

O comparecimento às eleições para o Parlamento Europeu declinou de 62%, em 1979, para 43%, em 2009 e 2014, o que motivou debate sobre o voto obrigatório. O baixo engajamento no Brasil, que não parece menor do que nos países desenvolvidos, faz parte de um fenômeno global?

Existe uma crise da democracia representativa no mundo. Isso é um fato, e desde a década 1980 as pes-

soas comparecem menos, a despeito de mais países terem eleições. Mas a gente tem de saber o valor que as pessoas estão dando a esse tipo de movimento, a isso que chamamos de eleições, se estão dispostas a legitimar, se acreditam no nível de representação que têm. Não à toa, a democracia participativa ganha tanta força. O Parlamento Europeu tem um comitê de estudos sobre o Brasil, cujo principal interesse – pelo menos quando estive lá, em 2010 – é entender como as nossas ferramentas de democracia participativa funcionam: os conselhos gestores, o orçamento participativo, o envolvimento.

Qual seria a razão dessa crise da democracia representativa?

Primeiro, a política não avança na velocidade das demais demandas da sociedade. O sujeito hoje leva um universo dentro do bolso e o acessa por um terminal mínimo de telefone celular. Quando algo que

ele pede ao celular não aparece em 5 segundos, fica absolutamente transtornado e indignado com a empresa de telefonia. Olha o nível de exigência em termos de velocidade da informação que existe hoje! Aí eu olho para o Legislativo: é o mesmo organismo do século XVII, XVIII,

XIX, que se arrasta nas tomadas de decisão – o que é absolutamente essencial! Decisão tomada rápida corre o risco de ser autocrática. Tem de ter tempo para discutir, maturar. Tem de emperrar se não conseguir a maioria necessária. Isso é a política. O cidadão do século XXI está disposto a pagar o preço da demora? E, se não estiver pronto, está disposto a perder, se a resposta não for a que deseja?

Isso globalmente. E o Brasil? O quanto está defasado no tocante à educação política formal e não formal?

Países desenvolvidos têm o costume de ensinar política. Na Alemanha, por exemplo, os partidos políticos vão à escola com dinheiro público. Os alunos terão contato com vários partidos.

Desde a infância?

Não. Desde a infância, eles criam condições para os alunos discutirem política. A aula que existe aos 6, 7 anos de idade é uma aula de valores. A criança aprende a pactuar. O valor maior é o pacto, então elas sentam em círculo com dois professores e vão

estabelecer um pacto entre elas. "Olha, não pode puxar o cabelo, empurrar, roubar lanche." O pacto é revisto periodicamente. Os moleques debatem, discutem a relação com sinceridade. "Aquele dia que você me ofendeu eu não gostei", olhando no olho. "Ah, eu fiz isso porque você fez aquilo." "Ah, então desculpa." "Desculpa também." Onde a gente vê brasileiro fazendo isso? Pedindo desculpas, dizendo que errou? Tive uma chefe que dizia que o meu maior problema como líder de uma equipe é que eu assumia erros, eu não encontrava culpados; que só sabe liderar quem encontra culpados. Então, se o nível dos valores é esse, onde resolvo isso? Dizem que é nas casas. Então quem não tem família já é delinquente por excelência? Essas pessoas não podem assimilar excelentes valores transmitidos oficialmente pela sociedade? Mas, voltando ao ensino na Alemanha, à medida que os alunos crescem, essa disciplina amplia o escopo. Quando chega ao último ano do Ensino Fundamental, as crianças fazem um projeto para melhorar alguma coisa na cidade.

A gente está falando de Europa. Já nos EUA, ouve-se falar muito de bullying, por exemplo.

Infelizmente, a sinceridade infantil acaba transcendendo qualquer coisa. Eu me lembro que perseguia colegas, colocava apelido em todo mundo. Isso é horrível! Quando isso mudou pra mim? Fui fazer uma disciplina no mestrado, depois de velho, o que virou minha cabeça do avesso, e me dei conta: "Que é isso! Eu preciso olhar pro outro!" Fui aprender o simples significado das palavras "intolerância" e "exclusão", mas alguém podia ter catalisado isso pra mim, desde o início. Por isso reforço a ideia da educação política. Em Portugal tem a disciplina de Ciência Política no último ano do Ensino Médio. Sistema eleitoral, partidário, como funciona. No Chile, tem alguma coisa de civismo. No Uruguai, também. O ICCS é um indicador construído em cima de provas aplicadas em países com algum tipo de ação que chamam de "educação para cidadania nas escolas". Envolve política, direitos, sustentabilidade, meio ambiente etc. Serve para testar como esses conteúdos funcionam. Criou-se um ranking, e os países desenvolvidos estão na frente. O Brasil não está na lista porque não tem esse tipo de educação nas escolas. Já teve, mas era algo que servia a uma mensagem oficial sem necessariamente servir a uma mensagem democrática.

Eram as disciplinas de Educação Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política Brasileira)? (Mais em reportagem à pág. 34)

Educação Moral e Cívica podia ter sido transformada em Cidadania e Democracia

Isso. Que, ao contrário do que muitos dizem, não surgiram no regime militar, mas na República Velha, com uma lógica bem positivista de transmissão de valores – Ordem e Progresso e essas coisas –, e depois foi utilizada pelos regimes autoritários a ponto de a gente chegar à Constituição de 1988 olhando para essas disciplinas como um grande trauma. Pena. Poderiam ter sido tranquilamente transformadas em Cidadania e Democracia, e a gente já teria 26 anos de Cidadania e Democracia nas escolas. As licenciaturas sociais, por exemplo, foram dizimadas nesses últimos 20 anos. E agora, mais recentemente, o Brasil retoma a ideia com as disciplinas de Filosofia e Sociologia nas escolas. Precisaremos construir esses programas, reeducar os professores, construir material, repensar tudo de novo.

As disciplinas de Filosofia e Sociologia dão conta dessa demanda? Ou é preciso de algo mais voltado à educação para a cidadania?

A Sociologia que a gente vê nas escolas tem sido uma discussão de problemas do cotidiano, o que é muito interessante. Aborda questões como racismo, exclusão, diversidade, tolerância. A gente vê alguma coisa de política, como divisão do Estado, divisão de poderes, como funcionam, mas ainda de modo tímido e frágil. Agora, sistema eleitoral, sistema partidário, como funciona uma eleição, isso está muito longe de ter. Seria absolutamente necessário ter, sem nenhum viés partidário. Aí vão dizer: "Duvido que não tenha viés". Mas que dá, dá. Você engessa no material didático, constrói uma boa mensagem e não presume que o aluno é um imbecil.

Existe algum projeto nesse sentido?

Tramitam projetos na Câmara dos Deputados que esbarram sempre em uma resposta de inconstitucionalidade pautada na ideia de que quem define esses parâmetros é o MEC (*Ministério da Educação*).

O MEC poderia mudar se ele quisesse?

Poderia. Mas me incomoda muito essa ideia, pois, quando diz respeito à lógica do Poder Executivo,



Há uma cultura nociva: a gente cresce ouvindo dizer que política não se discute

pode haver interesses singulares e não plurais. A educação política do PT? A educação política do PSDB? Não pode ser assim. Por isso seria interessante nascer no Parlamento, da ideia conjunta dos partidos ali representados. No MEC, os ministros ultimamente estiveram atrelados ao partido que está no poder. Cristovam Buarque, Fernando Hadad, Aloizio Mercadante nas gestões do PT; Paulo Renato na gestão PSDB. Como vou implementar uma ação de educação política assim? O governo FHC, por exemplo, vetou a implementação de Filosofia e Sociologia nas escolas; o Lula sancionou. É bom? É.

Essas disciplinas não vieram com nenhum viés partidário?

A gente espera que não. Mas existem problemas de material didático, da forma como o material didático é avaliado, de quais livros chegam a esses alunos. Não estou fazendo nenhum tipo de acusação de que este governo é mal-intencionado, mas que essa preocupação da lógica suprapartidária precisaria ser levada mais a sério. A educação política na escola é algo que a gente precisaria radicalizar no cuidado. Qualquer material deveria ser aprovado por todos os partidos e pela Justiça Eleitoral. Com partidos que se enfrentam e se acusam tanto, talvez eu não consiga fechar uma pauta comum, mas acho que existe algo maior do que tudo isso, que é o desejo de construir uma sociedade democrática.

Além da educação formal, o que seria importante construir?

De massa, a gente poderia ter boas coisas nos meios de comunicação. E a gente assiste a umas boas iniciativas. Por exemplo, a Justiça Eleitoral tem um programa de televisão que tenta educar politicamente. É muito bom, mas quem conhece? Vai ao ar na TV Justiça e em um horário ruim.

É como a Globo, que tem os programas de cidadania às 6 horas da manhã.

Exatamente. Agora, o que a Globo poderia fazer? Muita coisa. E já fez. Lembro de uma série no *Fantástico* que explicava o sistema eleitoral. Excelente,

maravilha, perfeito. Mas a gente poderia ter uma presença mais consistente disso nos meios de comunicação. Defendo a ideia de que uma parte do horário eleitoral gratuito seja ocupado pela Justiça Eleitoral, para ensinar como funciona o sistema. Além disso, é muito importante uma mobilização da sociedade por meio de suas organizações. Eu, que sou apenas um cara, já participei de quase 300 cursos de formação política. Estimo que tenha tido contato com algo próximo a 20 mil pessoas. Vinte mil sobre 140 milhões é zero. Mas quantos outros caras estão por aí fazendo alguma coisa? As empresas têm pedido isso. Os relatórios de responsabilidade social têm perguntas sobre política. A pergunta de alguns relatórios internacionais é: "O quanto você estimulou a participação formal dos seus colaboradores em termos políticos?"

Isso é do GRI (Global Reporting Initiative)?

É. Já fiz muitos trabalhos bacanas em empresas. Em 2010, a gente fez um grande trabalho na Johnson & Johnson, em que toda sexta-feira o colaborador recebia um boletim que falava sobre eleições, pontos para ficar atento, desmitificava coisas. Em 2012, gravei oito vídeos de educação política para o portal iG. Eles esperavam de 500 a 1.000 visualizações durante as eleições, mas teve vídeo batendo 20 mil.

Isso não contradiz o resultado do seu estudo baseado nos dados da Unicamp?

Parto da hipótese: a massa é problemática, mas, se eu tiver bons exemplos de pessoas que reconheçam a importância da política, consigo reverter esse jogo.

Como está a participação das ONGs?

Poderiam contribuir muito, mas grande parte vive o mesmo problema: dificuldade de levantar capital. Existem ONGs que têm como principal tema a política como algo a ser ensinado? Poucas. Quem as financia? Pouquíssimas organizações. Eu faço parte do Movimento Voto Consciente desde 2002. Qual o grande problema? Não tem dinheiro! Não se consegue fazer as coisas.

Ou seja, as empresas até têm interesse no assunto, mas não apoiam financeiramente projetos voltados para temas políticos?

Inclusive isso é verbalizado: "Cara, não me traz política, porque política não dá". Tem coisas que aparecem até em estatuto. Isso se atribui a uma cultura nociva: a gente cresce ouvindo dizer que política não se discute. O brasileiro não toma partido. Sorri pra

um, sorri pra outro. Se pegar todo aquele arsenal de obras de Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Gilberto Freyre, e ler, a sensação é de que os caras estão vivos, fazendo mestrado na USP, com 20 anos de idade, e falando da sociedade de hoje.

Diante de algo tão forte e arraigado na cultura e história brasileiras, teria algum efeito levar a educação política para as escolas?

Qualquer revolução cultural precisa de pelo menos 30 anos para dar certo. A simples educação política e a democracia nas escolas já seria uma revolução cultural. Já pensou se um sujeito tenta comprar seu voto e você educadamente responde que isso é crime e que vai denunciá-lo? A gente quer chegar a esse nível. O político não é corrupto sozinho, os políticos são um espelho fiel da sociedade, não tem sombra de dúvida. No Congresso Nacional estão 513 sujeitos que representam a sociedade brasileira.

Isso lembra aquela pessoa de quem você falou, segundo a qual a gente tem sempre que procurar um culpado.

Pois é! (*risos*) Quem é esse Congresso? Somos nós, pô. Uma pesquisa do Vox Populi, de 2008, contratada pela Associação dos Magistrados Brasileiros, mostra que mais de 60% dos entrevistados esperam dos vereadores direitos na forma de favores: o vereador tem de me arrumar vaga na creche, pagar o enterro do meu familiar, me internar se eu precisar, me arrumar emprego... O que é isso? O vereador saberá sobreviver politicamente se isso não existir? Então, se eu educar o sujeito para cobrar do Legislativo a sua função fiscalizadora, será que eu mudo este país? Com toda essa cultura e esse aparato montado, qual a chance de eu resolver isso pra amanhã? Mínima. Mas a gente precisa começar a fazer alguma coisa.

No ambiente digital, as pessoas se sentem mais encorajadas a tomar partido, não?

As redes sociais são espetaculares por conta disso: eu não peço o olhar, eu dou voz. Isso é maravilhoso. Aí você começa a descobrir que está dando voz a uma sociedade despreparada para as discussões. Ah, então vamos acabar com a voz? Nunca! Vamos dar condições. É paradoxal, porque vivemos em uma sociedade que cada dia mais prega a amizade, a fraternidade, e cada dia mais é intolerante à ideia

do outro. O cientista político Carlos Mello, professor do Insper, quis fazer uma análise do programa do PT, que foi ao ar ontem (15/5). Ele passou umas dez linhas do post explicando: "Vejam bem, estou fazendo uma análise técnica, pensem duas vezes antes de vir com agressividade..." Então, olha o nível do debate neste país. Ele precisa avisar que não vale dar de bico, xingar a mãe, puxar a calça... O que é isso? A gente chegou a um nível de intolerância em que não se consegue mais viver em sociedade. Olhe o perigo disso.

O senhor diz "cada dia mais intolerante" como força de expressão ou dá para afirmar isso?

Talvez haja mais espaço para mostrar a intolerância. Ou seja, estamos conhecendo mais o caráter desta sociedade, o que é um avanço, mas é deprimente do ponto de vista do resultado. O Brasil é mais corrupto hoje? A corrupção aparece mais porque se investiga mais. Nossa democracia amadureceu a ponto de denunciar mais a corrupção.

O quanto a profusão de informações ajuda?

O Brasil é um dos países mais transparentes do mundo em matéria de disponibilidade de informações em nível federal. A Assembleia também melhorou nos últimos anos.

Isso a internet tem trazido de forma muito benéfica. Mas o quanto o cidadão foi preparado para avaliar essas informações?

Como o senhor vê as manifestações, como as de junho de 2013, nesse cenário todo?

Parece existir um terceiro elemento. Não é uma terceira via eleitoral – não estou falando de Marina (*Silva*), nada disso. Mas é uma sensação: eu não sou nem uma coisa, nem outra. E esse cara vai pra rua reclamar. Isso é muito novo, a ponto de não se entender ainda o que é. Grupos distintos da sociedade resolveram ir pra rua por motivos diferentes. Ir pra rua e ver alguém do lado com um cartaz que não tem nada a ver com o seu, isso é genial. É muito especial.

E é política, né?

Em estado puro, no estado mais lindo que existe. Agora, ele vai conseguir o que quer? Pode ser que se frustre, pode ser que não. Mas o Brasil não pode perder a oportunidade de entender isso. Mesmo que seja às custas de uma deslegitimação maior da política, de uma necessidade de o Estado se repensar. [tz](#)

Vamos acabar com a voz porque falta preparo para o debate? Nunca!

Cidadania **inconclusa**

Em algum momento perdemos o gosto pela política e, com isso, o caminho para conquistar direitos

POR MAGALI CABRAL

Cidadania, política, liberdade, defesa de direitos são temas *avant la lettre*. Caminham juntas e entrelaçadas desde tempos pré-históricos, quando ainda se formavam as bases para o surgimento das civilizações greco-romanas, que começariam a nomear e a pôr em prática todas essas ideias, ainda que para privilegiar poucos. Ao longo da História, passando pelo Cristianismo, Renascimento e Idade Moderna, esses conceitos foram ampliados e aperfeiçoados, mas nada que se comparasse às inovações que viriam a partir da Revolução Francesa e chegariam até os dias atuais. “Contudo, essa é uma história que ainda se escreve”, observa o filósofo Nilo Odalia, da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), no capítulo sobre a Revolução Francesa do livro → *A História da Cidadania*.

O surgimento do proletariado e dos ideais socialistas a partir da Revolução Industrial enriqueceu o conceito de cidadania, que entra no século XX confundindo-se com a luta por direitos civis (direito à liberdade, à moradia e à igualdade perante a lei), políticos (direito influir no destino da sociedade, votando e sendo votado) e sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria). Jovem, o Brasil República pegou o “bonde da cidadania” andando e, para estudiosos do tema, ainda não chegou ao destino.

Na visão do historiador José Murilo de Carvalho, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), há no País uma “inconclusão da cidadania”, uma vez que as dimensões que compõem essa ideia – direitos civis, políticos e sociais – ainda não caminham juntas. Por exemplo, a conquista do direito à liberdade ou ao voto não assegurou o direito à segurança ou à igualdade social. Aos escravos, concedeu-se a liberdade em 1888, um único direito civil e nada mais. Desde o Brasil colonial até 1930, o povo brasileiro, segundo o historiador, não teve lugar no sistema político.

No pós-1930, houve a expansão dos direitos trabalhistas (sociais), aproximando pela primeira vez as massas do contexto político do País, embora ainda não tivessem garantido os seus direitos civis. No livro *Cidadania no Brasil – o longo caminho* (Editora Civilização Brasileira, 2001), o historiador adverte que somente o exercício pleno de um direito pode redundar na aquisição dos demais direitos. E ele ressalta que no Brasil os direitos para o exercício pleno da cidadania, longe de serem conquistados, foram historicamente doados pelo Poder Executivo.

As manifestações de junho de 2013, que tiraram as massas da zona de conforto em que se encontravam, no entanto, parecem ter caminhado no sentido contrário à tese de união das três dimensões (direitos civis, políticos e sociais). Reivindicam-se ganhos sociais de um lado e repudiam-se política e políticos de outro. A ausência dessa conexão, embora reflita uma insatisfação generalizada com o *modus operandi* do sistema político, aumenta o risco de as demandas caírem no vazio.

Ou seja, a aversão de várias gerações ao mundo da política, que não é de hoje, já criou uma lacuna no surgimento de jovens líderes políticos afinados com os movimentos atuais. E, desse modo, o ciclo das manifestações não se realimenta.

O filósofo Renato Janine Ribeiro, professor de Ética e Filosofia Política na Universidade de São Paulo (USP), lembra que, depois da geração que combateu a ditadura militar [1964 – 1985],

➤ Mais informações em resenha do professor de Comunicação Social na PUC-SP Venceslau Alves de Souza na *Revista de Sociologia e Política* em bit.ly/1nnxhUa

➤ Organizado por Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky, Editora Contexto (2003)

SINDICATO

Os movimentos sindicais, na percepção de Haddad, foram outro importante vetor de educação política para os trabalhadores em geral. Mantiveram escolas sindicais de formação política durante a ditadura e nos anos subsequentes. Com a globalização da economia, os sindicatos direcionaram o foco a uma formação mais técnica, voltada ao mercado de trabalho. “Nos anos 1990, o Ministério do Trabalho passou a fazer repasses de recursos para a formação do trabalhador a partir de uma perspectiva técnica”, explica Haddad. Em sua opinião, essa era uma instituição das mais importantes para a formação política, pois havia grande participação de trabalhadores.

quase não surgiram líderes políticos com expressão nacional. “É espantoso que apenas uma única liderança política tenha emanado do movimento dos → **caras-pintadas**, o senador Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro. E a série de manifestações do ano passado, que levou milhões às ruas em todo o País, também não produziu nenhum novo líder político, além dos ativistas de movimentos alternativos Pablo Capilé [*do coletivo Fora do Eixo*] e Bruno Tortura [*do coletivo Mídia Ninja*]”.

I HAVE A DREAM

Renato Janine ressalta que esse desprezo pela política não é uma característica brasi-

leira, mas um fenômeno global. Ele aproveitou para citar a romancista britânica, prêmio Nobel de Literatura e ativista de esquerda nos anos 1950, Doris Lessing, que no início dos anos 2000 lamentou que hoje em dia tudo o que se pode desejar em política é um governo honesto. “É de fato triste chegarmos a um ponto em que o espaço político se resume a atenuar problemas”, reforça o filósofo.

Nos tempos de ativismo de Doris Lessing, ainda havia reservas de um importante “combustível” para o exercício da política chamado utopia, que o historiador americano Russell Jacoby descreveu como a “crença de que o futuro pode superar fundamentalmen-


Falta os direitos políticos, civis e sociais andarem juntos, diz José Murilo de Carvalho

➤ Ligados principalmente ao movimento estudantil, foi uma mobilização de jovens que tomou as ruas em 1992 pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello

PARTIDO POLÍTICO

Outro setor importante de formação política era composto pelos próprios partidos, em especial o Partido dos Trabalhadores e outras legendas de esquerda, como as comunistas. O PT, por exemplo, formava lideranças políticas no Instituto Cajamar, no município homônimo da Grande São Paulo, e nos seus vários diretórios municipais e estaduais e núcleos de base. “Mesmo as unidades menores do partido tinham uma forte perspectiva de formação política”, salienta Haddad. Os partidos comunistas também têm uma longa história de formação dos seus quadros políticos.

Para Haddad, esse campo veio se esvaziando à medida que os partidos se transformaram em máquinas de disputar as eleições. O espaço de formação de ideologias próprias, que diferenciava significativamente um partido do outro e que produzia conteúdo para a composição de programas de governo, ficou no passado. “As diferenças entre os partidos de hoje estão muito mais na ênfase do que no conteúdo”, diz ele. Não há, portanto, perspectiva ampla de um debate crítico sobre grandes temas nacionais como reforma política, questões socioambientais e o produtivismo na economia, entre outros.

te o presente” e que Martin Luther King tão bem sintetizou nas quatro primeiras palavras de seu discurso histórico, em 1963, na marcha de Washington por empregos e liberdade: “*I have a dream...*” (Eu tenho um sonho) .

Depois da primeira crise da experiência socialista russa, nos anos 1950, decorrentes das denúncias sobre os crimes cometidos por → **Josef Stalin**, a utopia ganhou novo fôlego com a Revolução Cubana, em cujo rastro se seguiu uma nova safra de movimentos iniciados por jovens nos Estados Unidos: *blackpower*, feminismo, protestos contra a Guerra do Vietnã e lutas por direitos civis, entre outros. Para cortar a utopia “pela raiz”, ditaduras instalaram-se em boa parte da América Latina, inclusive no Brasil, privando pelo menos uma geração inteira do exercício político na juventude.

Nos anos 1980, a queda do Muro de Berlim marcou o fim da → **Guerra Fria**. Os ideais ambientalistas inseridos na agenda política pelo Partido Verde alemão já se disseminavam pelo mundo, fazendo crer que, de alguma forma, poderiam vir a ocupar o vazio ideológico deixado pelo fim da utopia. O que não aconteceu. A globalização, com forte viés neoliberal, avançou rapidamente e, como retratou Jacoby Russell, a imagem de → **“Che” Guevara**, em um pasteurizado mundo multicultural, tornou-se “pop” e, estampada em camisetas, se confundiu com a de ídolos do *rock and roll*.

Na entrevista que concedeu a esta edição da PÁGINA22 (ver à pág. 14), o cientista político Humberto Dantas, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), discorre sobre a crise política global, principalmente na esfera da democracia representativa: “A crise é um fato”, diz. “Desde a década de 1980, as pessoas aparecem menos [às urnas], se interessam menos [por política], a despeito de mais países terem eleições.” Dantas faz então um paralelo da política com um dos setores símbolo do sistema econômico global, as telecomunicações. “A política não pode avançar no mesmo ritmo ditado pelas telecomunicações”, afirma. Ou seja, a sociedade atual carrega o universo no bolso em um terminal de celular, através do qual especula na Bolsa de Valores em um instante e acompanha o conflito na Ucrânia em outro, tudo em velocidade de terabyte. “No Legislativo, decisão tomada às pressas corre o risco de ser autocrática”, diz ele. “Tem de ter tempo para discutir, maturar. Tem de emperrar se não conseguir a maioria necessária. Isso é a política.”

O desinteresse pela democracia representativa mencionado por Dantas é de certa forma compensado por um interesse maior das pessoas pela democracia participativa. “A Constituição de 1988 foi um grito de cidadania da participação popular”, interpreta o sociólogo → **Pedro Aguerre**, professor da Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP. Algumas dezenas de iniciativas populares de lei, como a da educação, da reforma urbana, da assistência social, entre outras, trouxeram, segundo ele, a intencionalidade de milhões de pessoas para a área política. “Foi um momento extremamente relevante para a história política brasileira.” Contudo, essa mesma Constituição Federal esbarra nos limites do presidencialismo de coalizão, o sistema político nacional que, na opinião de Aguerre, obriga às alianças espúrias e não programáticas, à divisão do poder.

Esses sinais de esgotamento do sistema político atual puseram na agenda nacional o tema da reforma política, que até o momento produziu mais dissenso que consenso. O financiamento das campanhas eleitorais

dos deputados federais deve ser público ou privado? A reeleição presidencial deve ser substituída por um único mandato mais extenso, de 5 anos? O voto deve ser facultativo ou obrigatório? Distrital ou proporcional em lista? Uma reforma política nesses termos vai de fato mudar alguma coisa? A sociedade está interessada em debater essa agenda?

CHAME OS UNIVERSITÁRIOS

E a educação política, ou a falta dela, tem algum papel relevante em todo esse quadro? Para o coordenador de projetos estratégicos da → **Ação Educativa** e presidente do Fundo Brasil de Direitos Humanos, Sérgio Haddad, a educação política tem de fato um papel primordial na formação da cidadania e nos rumos da civilização brasileira. “Mas é uma bandeira que se esvaziou nas últimas décadas, tanto no campo da educação formal como no da educação não formal.”

O processo educativo formal, que poderia introduzir conceitos de educação política para jovens ainda no ambiente escolar, entrou na roda-viva da globalização, tornando-se um instrumento para atender exclusivamente às demandas do maior protagonista da atualidade, o mercado de trabalho (*mais em Artigo à pág. 9*). Isso também acontece com a educação política fora do âmbito escolar, modelo responsável pelo protagonismo popular na Constituinte. Esse papel era exercido principalmente pela Igreja Católica, sindicatos dos trabalhadores, organizações não governamentais e partidos políticos (*ver quadros*).

Segundo Haddad, não dá para dizer que não sobrou nada. “No Fundo Brasil de Direitos Humanos, uma fundação financiadora de projetos populares, recebemos de 700 a 800 propostas por ano”, afirma. A grande maioria vem de núcleos de base – grupos de mães, de associações de moradores e de quilombolas, organizações indígenas, pequenos sindicatos rurais, grupos de mulheres, LGBT etc.


A INTOLERÂNCIA E A MÍDIA

A máxima que diz que o meu direito termina onde o do outro começa relaciona-se com uma virtude que tem estado à flor da pele nesses tempos: a tolerância. Ao falar no exercício da cidadania, dos direitos de cada um, vale colocar na balança o grau de intolerância que tem assolado o dia a dia de quem emite opiniões. A *Declaração de Princípios sobre a Tolerância*, publicada pela Unesco em 1995, adverte para o fato de a linguagem e a comunicação serem meios para a produção da intolerância que leva ao desejo de eliminar o outro.

“Um ambiente de convivência entre as diferenças, mais do que uma resignação, requer o interesse pelo diferente, no sentido de ver naquilo uma fonte de enriquecimento das nossas próprias perspectivas”, avalia o jornalista Eugênio Buccì, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP. Ao trabalhar, a indústria da comunicação precisa da responsabilidade de quem acredita que a educação para a convivência e para a ética depende da sua mensagem. “A falsa informação é capaz de produzir a guerra”, arremata ele, ao lembrar-se da invasão ao Iraque em 2003. (MCR)

“Há também a Escola de Governo, fundada em 1992, em consequência da desesperança absoluta com o governo de Fernando Collor”, lembra Haddad.

Apesar das boas exceções exitosas como a Escola de Governo e a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), o que era uma agenda de âmbito nacional tocada por grandes instituições se transformou no que Sérgio Haddad chama de “trabalho de formiga”. Sua impressão é de que a grande mobilização de 2013, com milhões de jovens con-

quistando as ruas pela primeira vez, tenha vindo justamente para nos despertar para a necessidade de um resgate da participação política, um dos caminhos mais importantes para a conquista dos demais direitos necessários à conclusão do longo processo de formação da cidadania brasileira. *Colaborou Mônica C. Ribeiro* .

A Constituição esbarra no presidencialismo de coalizão, diz Pedro Aguerre


ONGs

As organizações não governamentais, que também eram prolíficas na operação de programas de educação popular, enfrentaram um esvaziamento generalizado da cooperação internacional, conforme análise de Sérgio Haddad. Durante a ditadura militar e nos anos seguintes, essas agências tiveram um importante papel no financiamento do processo de fortalecimento da sociedade civil, conscientização de setores e formação política como uma estratégia de politização da sociedade. De repente, acharam que a sociedade já estava democratizada e que o mais importante seria direcionar o capital para a formação de mão de obra e para trabalhos na linha de pequenos projetos produtivos. “Sem recursos, as ONG perderam o fôlego para intervir em áreas de educação política.”

 **Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e do Comitê Central a partir de 1922 até a sua morte em 1953**

 **Disputa entre o mundo capitalista e o socialista do Pós-Guerra até a queda do Muro de Berlim**

 **Médico argentino, Ernesto Guevara foi um dos ideólogos e comandantes da Revolução Cubana**

 **Associação civil sem fins lucrativos que promove direitos educativo, culturais e da juventude.**

 **É também membro associado da Escola de Governo e colaborador da Pastoral de Fé e Política**

 No livro *O Fim da Utopia: política e cultura na era da apatia*. Editora Record, 2001



Brasil



Inglaterra

Pelos **quatro cantos** da bola

FOTOS CAIO VILELA TEXTO AMÁLIA SAFATLE

O chute inicial foi mero acaso. Enviado por uma revista de bordo ao Irã, o fotógrafo, jornalista e guia Caio Vilela registrou a criançada jogando futebol ao ar livre na cidade de Yazd. A imagem singela era uma espécie de contraponto à campanha capitaneada pela dinastia Bush, que alinhava o país islâmico ao “Eixo do Mal”. E dali a bola não parou mais de rolar, ignorando toda a geopolítica. Pouco importa se amigos ou inimigos, os países têm ali, naquela esfera, a representação da unidade, da paz de pertencer a um planeta único. O que começou na cena em Yazd virou uma carreira para Caio, hoje autor dos livros *Futebol Sem Fronteiras* (Panda Books, 2009) e *Onde Mora o Futebol* (Cultura Sustentável, 2014). A bola o conduziu a todos os continentes.

Mas como estar no momento e lugar certos para capturar o jogo que tantas vezes nasce ali, espontâneo, informal, dinâmico, como é o futebol em seu estado mais puro? “Cinco da tarde é um horário mágico”, revela. Ele conta que por volta das 17 horas a bola parece brotar do chão, e logo se vê um jogo tomando conta de algum canto do mundo. Caio não liga para as formalidades do futebol, nunca conseguiu assistir a uma partida inteira pela TV e nem sabe a escalação de seu time. Mas quer continuar capturando pelo resto da vida essa alma do futebol que percorre o globo.



Marrocos



Tanzânia



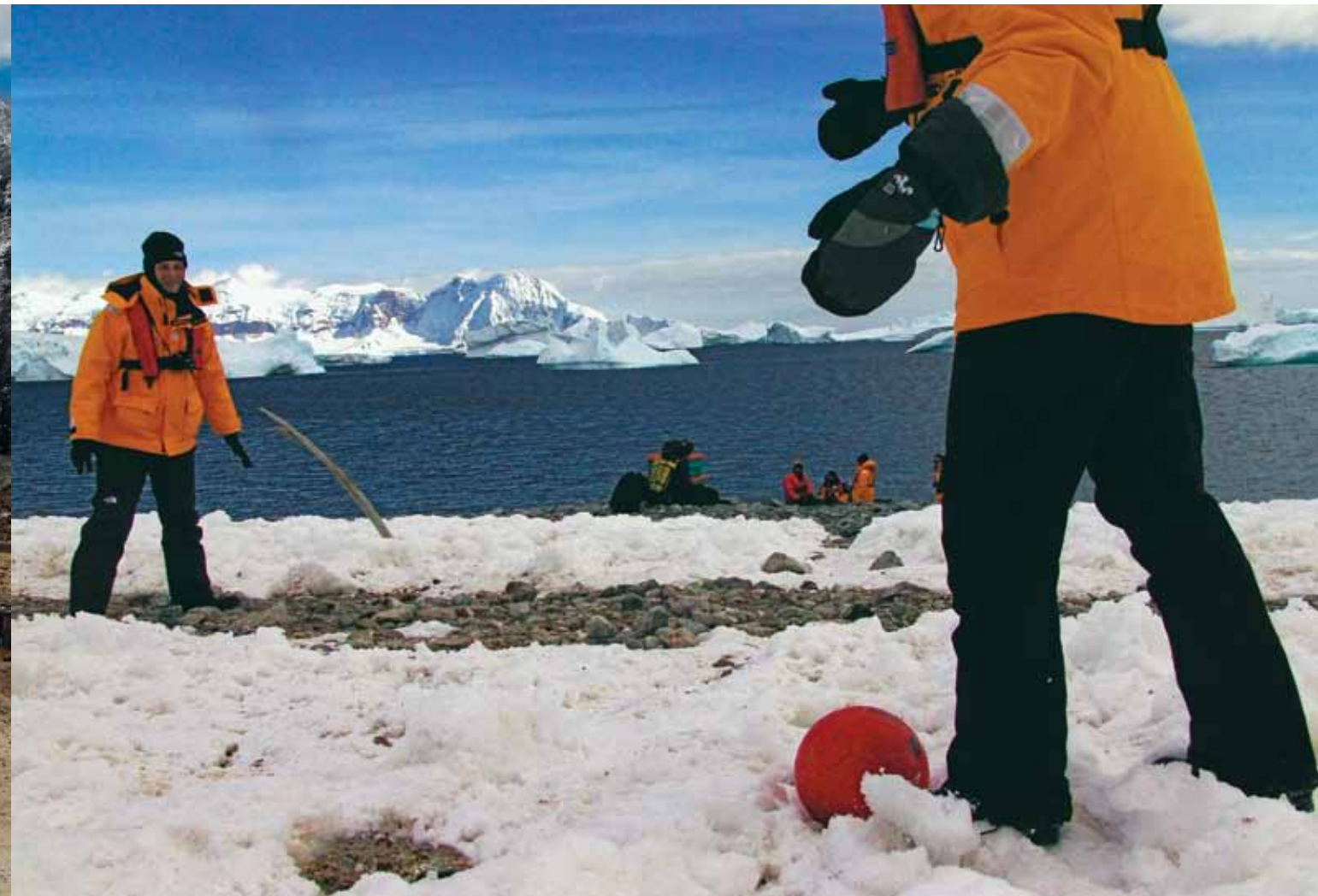
lêmen



Síria



Nepal



Antártida



Em compasso com **a política**

Escolas e iniciativas educacionais apontam que, para ensinar o papel do cidadão e da importância da participação política, é preciso ir além de lousas e livros. Os alunos aprendem mais quando saem das salas de aula e atuam em suas comunidades

POR **THAÍS HERRERO**

Escolas são microcosmos da sociedade, nas quais se podem vivenciar experiências de democracia

O professor Alexandre Weingrill Araújo entra na sala do 7º ano, cumprimenta os alunos e faz um pedido estranho: “Todo mundo tira o tênis”. Depois, solicita aos jovens que leiam o país de fabricação dos calçados e constata com eles que, quase sempre, são da Ásia. Desde 2010, a cena se repete no Colégio Stance Dual, no bairro da Bela Vista, em São Paulo. Weingrill é professor de Social Studies (em inglês mesmo, pois a escola é bilíngue) e está prestes a começar a aula sobre a relações de trabalho. Ele fala da origem da relação servil, da escravidão desde a Grécia e Roma antigas, do surgimento dos assalariados e leis trabalhistas e chega ao fato de que até hoje há muita mão de obra em situação análoga à escravidão produzindo os nossos itens de consumo de cada dia.

Tudo isso serve também no preparo dos alunos para uma atividade: escolher dez marcas com denúncias ou suspeita de envolvimento com trabalho análogo ao de escravo, escrever de próprio punho cartas para que as empresas atentem ao assunto e pedindo explicações do porquê foram (ou estão) associadas aos casos.

Metade das empresas contatadas já enviaram respostas e disseram como fazem auditorias e como tentam combater as práticas ilegais em sua cadeia de produção. Entre as respondentes, já estiveram Apple, Lindt e Gap.

Para Weingrill, essa é uma aula especial, visto que envolve os alunos de forma ativa e desperta a consciência sobre uma questão social. Mostrar que as marcas comuns a eles estão ligadas a problemas como o da escravidão moderna e que eles têm voz ativa diante delas desperta uma consciência sobre seus papéis enquanto cidadãos.

As escolas são locais importantes para o criar a consciência de cidadania em crianças e jovens. São um microcosmo da sociedade e, onde podem vivenciar experiências de democracia e participação. Segundo a doutora em educação Ana Karina Brenner, é lá que “a socialização ocorre por processos e mecanismos que permitem a uma pessoa desenvolver relações sociais, adaptar-se e se integrar à vida social”.

Ana Karina escreveu sua tese de doutorado sobre a militância de universitários e os caminhos de sua aproximação com a política. E destaca que, para quase todos os entrevistados, o envolvimento começou no Ensino Fundamental ou Médio por meio da participação em grêmios, assembleias ou pela influência de professores. Entre os jovens que relataram não haver discussões ou envolvimento político dentro da família, a escola foi ainda mais importante, por servir como porta de entrada para o engajamento.

Hoje, no Brasil, disciplinas específicas para a educação política não são obrigatórias nas escolas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, prevê que a cidadania esteja presente de forma transversal em todas as matérias.

Nem sempre foi assim. Em 1969, durante o regime militar, uma lei tornou obrigatórias as aulas de Educação Moral e Cívica no Primário (Fundamental I) e no então Ginásio (Fundamental II); as de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no Secundário, o hoje Ensino Médio; e as de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) no Superior.

As disciplinas exaltavam o valor à pátria

Cidadania seria transversal às disciplinas, mas nem toda escola cumpre a lei

Leia a tese em goo.gl/d20e8p

e ao civismo, mas foram contaminadas pelo discurso do governo vigente, ufanista e não democrático. Por isso, ficaram estigmatizadas e foram eliminadas da grade curricular no começo da década de 1990.

“Quando a redemocratização chegou, foi natural o fim dessas disciplinas. Elas carregavam consigo um ‘entulho autoritário’ e ninguém mais queria saber delas”, conta o cientista social João Francisco Resende. Por isso, explica, optou-se pela nomenclatura “educação para cidadania” e por fazê-la de forma transversal no currículo, mas nem todas as escolas obedecem à medida.

Resende pontua pelo menos duas linhas de ensino de política e cidadania pelo mundo. Nos Estados Unidos, as escolas oferecem a “Educação Cívica” com o objetivo de formar politicamente os alunos com base na Constituição americana. “Há muitas críticas quanto a esse modelo, porque o foco exclusivo na Constituição é um risco para que se passe a ideia de ‘fazer político’ resumido às leis”, analisa. Enquanto isso, na Europa, fala-se em “educação para cidadania”, que é a referência para a pedagogia brasileira.

Anos depois do fim da obrigatoriedade das disciplinas específicas sobre política, já existem alguns projetos de lei que pretendem reintroduzir o tema nos currículos, por meio de matérias, como uma forma mais eficaz de formar cidadãos.

O ex-jogador de futebol e hoje deputado Romário (PSB-RJ) é o autor do Projeto de Lei nº 6.954/2013, que inclui o estudo da Constituição Federal nos ensinos Fundamental e Médio a fim de formar pessoas conscientes de seus direitos individuais e deveres sociais.

Já o Projeto de Lei do Senado nº 2/2012, do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), pretende incluir Cidadania Moral e Ética no currículo do 1º ao 9º ano. Em 2012, a medida foi aprovada pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes

da casa, mas sua tramitação encontra-se paralisada. Na época, gerou polêmica porque educadores temiam o retorno das disciplinas do período da ditadura militar, e também porque alguns especialistas não acreditavam que a medida resolveria o problema da falta de discussão do assunto nas salas de aula.

Segundo André Gravatá, líder do Movimento Entusiasmo (mais no quadro abaixo), as escolas já são fragmentadas demais com disciplinas, “desconectadas para o aluno”.

A EDUCAÇÃO QUE VIRA CULTURA

Em maio, no mesmo fim de semana em que São Paulo recebeu a Virada Cultural, o Movimento Entusiasmo organizou uma versão própria e inédita do evento: a Virada Educação.

Nove espaços, como escolas públicas, bibliotecas e teatros do centro da cidade abriram suas portas para receber eventos organizados por jovens estudantes. Houve oficinas de *cupcake*, origami, de customização de roupas e até debate político. São atividades, segundo André Gravatá, um dos idealizadores do Movimento Entusiasmo, que motivam os alunos por serem o que realmente gostam de fazer.

Gravatá viu muita resistência das escolas à proposta. Professores indispostos a mudar sua relação com os alunos “por já estarem velhos demais” e até um aluno que disse não se sentir capaz de participar da organização de um evento como aquele.

Quando o projeto se tornou realidade, Gravatá perguntou a um outro estudante o que ficou de lição quando a Virada acabou. “Ele me disse que ali só sobrava ‘o vazio’. E eu até achei bom porque o vazio causa desconforto e é onde podemos preencher com ideias. Aqueles educadores e alunos descobriram um poder deles mesmos e de atuação com a comunidade e que era novo. E isso é transformar as escolas com entusiasmo”, diz.

Espaços de participação, como grêmios e assembleias, funcionam como laboratórios políticos para o aluno

“Se criamos uma aula só sobre cidadania ou Constituição, vamos deixá-la sem sentido para os estudantes – como é a Matemática quando ele não entende por que deve saber todas as funções.”

Há cinco anos, mais duas disciplinas foram reincorporadas a esse currículo escolar já extenso: Sociologia e Filosofia – que haviam sido removidas na primeira metade do período ditatorial. E algumas instituições criaram matérias denominadas como “Ação e Cidadania”, que une as duas.

Para o cientista social Rafael Araújo, coordenador da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e professor da PUC-SP, essa é uma chance para que professores também abordem a democracia, que faz parte da discussão política.

Ele ressalta, no entanto, que a lei pegou os docentes despreparados e muitos não possuem formação específica em Ciências Sociais. “Ainda há muito professor ‘protocolar’, dando informações sem considerar o mundo fora da escola e sem mostrar aos alunos a finalidade da Filosofia e da Sociologia na vida deles. Quando é assim, a aula não cumpre sua função.”

Essa foi uma das razões para que a FESPSP criasse um curso voltado para a atualização de professores. Em maio, a primeira oficina teve como temas “As relações internacionais e a Nova Ordem Mundial” e “A conjuntura política no Brasil e as Eleições de 2014”.

ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

Criar interesse em crianças e jovens para a cidadania e política pode ser um desafio. Diante de uma geração conectada às tecnologias de informação, o modelo “professor expositor/aluno espectador” não funciona

como atrativo. Por isso, os especialistas ouvidos pela reportagem defendem os processos e espaços de participação ativos, como fez o professor Weingrill.

Rafael Araújo já ensinou educação política para crianças entre 8 e 11 anos em uma disciplina nomeada “Projeto de Convivência”, para explicitar o teor dos direitos e deveres em uma sociedade. Recorrendo à imagem de uma engrenagem, mostrava como um sistema funciona de forma conjunta e dependendo de espaços e peças diferentes. Só depois explicou como aquilo se aplicava à sala de aula, que é um microcosmo, e, depois, à sociedade.

“Mostrei às crianças as vantagens de viver em comunidade e que, se a coletividade funciona, todos vivem melhor. Para tudo isso, o diálogo é imprescindível – daí o nome da disciplina ser ‘convivência’. Muita gente acha que civismo é comparecer às urnas, mas, quando ensino o valor da vida em sociedade, o ato de votar se torna importante para eles”, explica.

Um dos modelos mais tradicionais de política na prática para os alunos é a formação de grêmios estudantis, assembleias e conselhos com representantes discentes. São como laboratórios políticos para que entendam os processos democráticos.

Para Resende, é importante que jovens tenham a oportunidade de vivenciar esses espaços de discussão como possibilidade de despertar o interesse pela política. E ele fala por experiência própria.

Aos 12 anos, tornou-se representante de alunos em um → **Conselho de Escola**, que se reunia para tratar de mudanças necessárias e temas possíveis para as aulas. O jovem só se deu conta da relevância de seu papel quando os assuntos das reuniões foram encaminhados

para o Conselho de Representantes de Conselhos de Escola (Crece). “Foi uma experiência que abriu meu horizonte sobre participação e cidadania, porque vi de perto a estrutura das discussões e os encaminhamentos. Levo o aprendizado comigo até hoje.”

Há, no entanto, um certo limite para o espaço de atuação. Alguns educadores consideram grêmios uma ameaça ao poder do professor. Weingrill vivenciou isso.

Em 2011, levou a um asilo os alunos da Escola Estadual Professora Luiza Hidaka, em Suzano, município da Grande São Paulo, onde também leciona. “Na volta, os estudantes estavam tão sensibilizados e ao mesmo tempo empolgados em atuar mais próximos da comunidade que decidiram montar um grêmio para criar outras iniciativas. A coordenação jogou um balde de água fria nos alunos e foi deixando o tempo passar para que a ideia esfriasse. Até que esfriou”, conta.

Algumas escolas promovem projetos na comunidade externa a seus muros, o que funciona bem para criar vínculos de dentro para fora e vice-versa. Para André Gravatá, a principal função dos espaços de participação é desenvolver a autonomia dos alunos.

“Quando ele aprende que tem voz, potencial de mudar uma realidade, torna-se um cidadão político, porque vai desenvolver suas ideias e seus posicionamentos”, diz Gravatá. A autonomia é uma das características mais importantes quando se fala em formar um cidadão consciente de seu papel.

ATIVAR A PARTICIPAÇÃO

Há algumas escolas que trabalham fortemente com a questão da autonomia dos estudantes, como as chamadas “escolas democráticas”, que valorizam a capacidade de escolha tanto para construir o caminho curricular das aulas quanto para elaborar e repensar as diretrizes de ensino.


Uma delas é a Escola Municipal de Ensino Fundamental Desembargador Amorim Lima, no Butantã, na Zona Sudoeste da cidade de São Paulo. Desde 2003, a direção mudou completamente seu sistema pedagógico por acreditar, assim, formar melhor os jovens cidadãos.

Ao basear-se na → **Escola da Ponte**, de Portugal, eliminou a divisão de alunos por séries e as provas. Cada estudante tem uma lista de assuntos que precisa aprender por períodos determinados, mas são eles que escolhem a ordem em que farão os estudos. Outro ponto interessante é a alta participação de pais e responsáveis. Há comissões de voluntários que cuidam, por exemplo, do lanche servido no recreio.

As escolas democráticas também são conhecidas por abrir suas portas e ficar lado a lado com a comunidade. Para Gravatá, isso é um dos atos mais políticos que podem ter. “Elas precisam se apropriar dos espaços onde estão. Quando abrimos seus portões, ocupamos a cidade”, diz.

“A escola tem responsabilidades com a comunidade e a comunidade com a escola. Quando um aluno se dá conta de que está inserido em um bairro e não em um lugar fechado com grades e muros, interessa-se mais por esse espaço. Isso é ser atuante”, diz Débora Moreira, coordenadora do projeto de sustentabilidade do Colégio Stance Dual.

Em 2013, a escola proporcionou aos alunos do 3º ano do Fundamental uma experiência direta com a comunidade. Além de aprender a história do bairro, a turma foi às ruas observar o que havia de bom e ruim nelas. Notaram que um parquinho de crianças estava muito mal cuidado e mandaram uma carta à subprefeitura. Meses depois, o espaço foi reformado.

Gravatá define o que, para ele, é educação: “O aluno não é um balde vazio esperando ser preenchido. E educação não é ter um balde cheio. É acender fogueiras”. 

Uma das maiores referências mundiais em escola democrática, a Escola da Ponte foi criada nos anos 1970. As aulas são dadas em grandes salões, e os professores têm papel similar ao de consultores, ajudando os alunos quando solicitados

Em São Paulo, foi criado na gestão da ex-prefeita Luiza Erundina (1989-1992) no contexto de redemocratização do País. Envolve representantes de educadores, alunos e pais para levar propostas de melhorias às escolas



Política, democracia e desigualdades

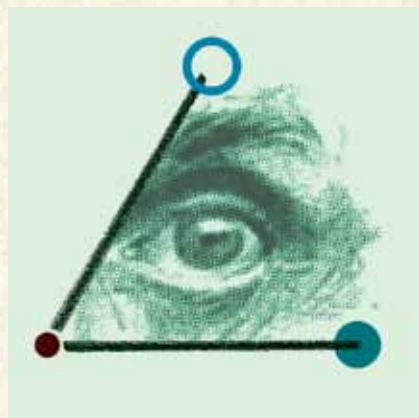
Causa e consequência de instabilidades políticas, econômicas e sociais, as desigualdades ameaçam a democracia e o sentido da política como liberdade

São tempos estranhos estes que vivemos no Brasil. Por um lado, os protestos violentos e os linchamentos evidenciam tensões na sociedade. Por outro, há um fosso separando o diálogo da sociedade com a política. Diante desse quadro, cabe retomar a pergunta feita por Hannah Arendt: qual o sentido da política?

Para Hannah Arendt, o agir político é composto de três elementos: objetivo, meta e sentido. O objetivo é o que buscamos; a meta produz os parâmetros pelos quais tudo o que é feito é julgado. E o sentido está ligado à existência da política, persiga ela um objetivo ou não; está contido nela mesma, só existe enquanto ela existir. A política existe porque há diversidade entre as pessoas, diferentes propensões. É preciso então organizar e regular o convívio entre os diferentes, evitando a guerra *hobbesiana* de todos contra todos, e, neste espaço de convivência, assegurar a maior liberdade possível para que os diferentes possam se desenvolver. Aí reside o sentido da política: dar chance e espaço à liberdade, à felicidade pública e à realização pessoal. Assim, para Hannah Arendt, o sentido da política é a liberdade.

As experiências políticas do século XX foram formadas por guerras e revoluções e não pelo funcionar de governos parlamentares e aparatos de partido. Essa foi uma época que testemunhou duas grandes guerras mundiais, e a ascensão e queda de sistemas totalitários, que, entre outras atrocidades, suprimiram a liberdade humana. Mas, apesar dos escombros – ou justamente por causa deles –, esse século dos extremos deixou para o recém-chegado século XXI um importante legado: a emergência da democracia como a forma mais desejável de governança. Em 1970, cerca de 30% dos países do mundo eram democracias; em 2008, 80%.

A democracia baseia-se em quatro



pilares: (i) um sistema político que permita a escolha e a substituição do governo por eleições livres e justas; (ii) participação ativa dos cidadãos na política e na vida cívica; (iii) proteção universal dos direitos humanos; e (iv) submissão de todos os cidadãos, igualmente, perante às leis do país. No século XXI, a democracia tornou-se mais que um sistema de governança; tornou-se um valor. Talvez porque traga em sua essência virtudes que enobrecem a vida humana e seja, por excelência, o sistema de governança que privilegia a liberdade.

Mas falar em democracia não é somente falar em democracia. Há pelo menos dois outros aspectos que se conectam profundamente às discussões sobre o tema: instituições e desigualdades (por exemplo, de renda, condições, gênero, cor, direitos políticos).

As instituições e a forma como evoluem moldam o desempenho econômico e o ambiente político de uma sociedade. As instituições são as regras do jogo, formais e informais, os certos e errados que determinam os parâmetros das interações humanas, estruturando os incentivos que afetarão os comportamentos dos indivíduos em uma sociedade. Po-

dem contribuir para os caminhos que levam tanto ao desenvolvimento econômico e à democracia quanto a ditaduras ou ao desempenho econômico limitado. A história de uma nação é influenciada pelo ambiente institucional e pelos processos em que este foi e é alterado.

Mas instituições são fruto do ambiente social e, como tal, estão sujeitas às influências dos grupos que detêm o poder. Assim, há uma tendência desses grupos de reforçar as instituições no sentido que melhor lhes convier, geralmente para se perpetuarem no poder. A ocorrência desse processo de maneira contínua cria, entre outros elementos, um sistema político que favorece tais grupos, afastando-o dos demais membros da sociedade.

Esse favorecimento ocorre porque há desigualdades persistentes criando um ciclo vicioso, pois quem influencia o poder político tende a fazê-lo em favor de seus próprios interesses e não para reduzir as desigualdades. Estas se tornam, ao mesmo tempo, causa e consequência de importantes instabilidades econômicas, políticas e sociais. Nesse processo, a democracia pode ser ameaçada, assim como o sentido da política como liberdade.

A recente agitação social no Brasil mostra que a sociedade não se sente acolhida pelo nosso ambiente institucional. As pessoas têm grande esperança na democracia, mas, quando o sistema político reforça distorções que seguem promovendo desigualdades de diversos tipos, a esperança é substituída pelo desconsolo. As desigualdades aprisionam, limitam, afligem. Mas a soma de todas resulta em um tipo de desigualdade pela qual, ao longo da História, já demonstramos disposição a arriscar tudo: a desigualdade de liberdades.

Arendt, H. *Was ist Politik?* 1993. Idem. Idem. UNDP. *Human Development Report: The Real Wealth of Nations: pathways to development*, 2010. Diamond, L. Acesso em goo.gl/L5Jg8w. Amartya, S. *Journal of Democracy*, 1999. North, D. *Transactions Costs, Institutions, and Economic Performance*, 1992. Acemoglu et al. Acesso em goo.gl/FPPNTW. Stiglitz, J. *The Price of Inequality*, 2012.



Para quando a bola parar o País

Que o povo rebole contra o *bullying*, as bolas perdidas, os trens-bola, a obesidade e os pobres mortos de fome

A bola disse que vai fazer greve. Se não nesta Copa, em breve. Todos os jogos vão terminar empatados. Azar o seu, nada vai tirar essa ziquizira: tudo zero a zero. Nas redes, nas cestas, ela não entra. No fundo da quadra de tênis, de vôlei. A bola não vai mais pro buraco, nos campos de golfe, nas mesas de sinuca. A bola não está nem aí, não vai dar a menor bola. A bola não se abala, nem se embola. Se ela não pega no embalo, não rola.

Não tem remédio nem bula. A bola já avisou que quando entrar de greve não vai ter firula. Milhares de bolas se reuniram ontem no sindicato. Estavam bolas. Bolas de couro, meia, gude, papel, neve, sabão, meleca. Precisam arrecadar fundos pro movimento. Vão dar um baile, cobrar entrada, o baile da bola, com o cordão do bola preta. A bola gira, corre de efeito, dança, estufa no peito. Vai ter samba, simhora?

A bola cansou de tomar pancada de chuteira, sentir o cheiro da sola do pé. Levar uma tacada, cair pelas tabelas, rolar pelas beiradas, estourar com vento forte, derreter nos dias quentes, ser a prima pobre da Lua. Ela quer fugir da rotina, ganhar a liberdade na rua.

A bola cansou de ser uma circunferência, a bola, meus amigos, perdeu a paciência. Quer ser um triângulo retângulo, uma asa-delta, um estalo de beijo, uma lupa pra enxergar o mundo maior ainda do que ele é. Carambolas, ela quer ser o tempero da baiana, o Neymar e a banana, o homem e a mulher. Em gomos homos, sei. A bola quer ser gay.

Ai, meu Deus, se a bola fizer greve é grave, este país para. Mas a bola não quer saber. Que o povo rebole, disse o líder do movimento rebelde, com bule cheio de café em uma das mãos, bolo na outra, bolachas, na hora do lanche, o jornalista gravando. Contra o *bullying*, as bolas perdidas, os trens-bola, a obesidade e os pobres mortos de fome.



A realidade não é bela pra quem é bola. A bola está na marca do pênalti, com a corda no pescoço. Tem bola rolando a ribanceira, caindo no fundo do poço. E, com tanto desemprego, as coitadas no osso, tem bola dentro de abacate fingindo que é caroço. Em algumas religiões, tamanho o desespero e o descontentamento, ela virou personagem do Antigo Testamento. Abel escapou da degola, Caim matou a bola.

A bola saiu fula da vida com o gandula, que trocou as bolas. A bola queria ser uma abelha ou uma bolha e sair voando a cruzar oceanos, terras, céus, sem cair por causa da força da gravidade. A bola não quer que pensem que existe uma bola debaixo do vestido da mulher grávida. A bola tem pressa, quer correr ávida, bater as asas. Desvendar os mistérios, quicar impávida.

O líder do movimento entrou no curso de oratória. Deseja preparar um discurso e liderar as massas pra fazer História, pois, quando o assunto é a bola, além do destino final, conta a trajetória.

A bola é explorada. A culpa é de quem gosta de ver a bola em jogo, no ginásio, na várzea, no estádio, em casa, na quadra do condomínio, no circo pegando fogo. São os verdadeiros culpados por

tudo que aí está. Ser bola é uma barra, um berro que corta o couro, o plástico, a borracha, o material do corpo da esfera. A bola não ganha nada pra se tornar a alegria da galera.

A bola quer ter filhos, estourar a bola dentro de uma balsa, em mar aberto. Um parto ao zarpar do porto. Gerar bolinhas, bolas, bolões de todos os tipos e cores. A bola quer tudo isso e mais um pouco, ora bolas. Deixar um legado às próximas gerações. A bola não quer ser confundida com tudo que de perto ou longe parece bola. Melão, melancia, limão, planeta, gota, floco de algodão, pedaço de isopor, remédio, gato encolhido, umbigo. Quer ter identidade própria.

A bola conectada, de antena parabólica ligada no que acontece na Europa ou no Japão, planeja levar o movimento pra internet e pra televisão. Botar pra quebrar a vidraça, encontrar a graça, escrever um manifesto em nome da classe. Correr ao domínio do craque, escapar da canela do perna de pau. Atravessar por cima do muro, perder-se no fundo do quintal. E pra buscar o melhor no futuro quer ser bola de cristal.

Por isso vai fazer greve. Se não nesta Copa, em breve. Podem esperar todos vocês, porque a bola é a bola da vez.



Minha escola é **a rua**

Espontâneo e multiplicador, o aprendizado político gerado em espaços de mobilização social pode transformar o ambiente escolar e as arenas de participação

POR **CAROL NUNES**

"A formação para participação deve problematizar, provocar reflexões e desacomodar", diz pesquisadora

Já diziam nossos pais que algumas coisas só seriam aprendidas quando chegasse nossa vez de fazer. Debater propostas, negociar prioridades e organizar ações em conjunto faz parte desse aprendizado que se adquire mais na prática do que em sala de aula. Eles são nada mais do que o repertório da ação política essencial para a construção de uma democracia saudável e participativa.

A relação indissolúvel entre educação e participação é defendida pela professora da Unicamp Maria da Glória Gohn, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania (Gemdec), no artigo "Movimentos Sociais na Contemporaneidade": "Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral e também os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos" ■.

A participação social, em espaços institucionalizados ou não, traz aprendizados individuais e coletivos que muitas vezes são

ignorados pelo saber erudito, argumenta a pesquisadora Cileda Perrella, doutora em Administração Escolar pela Universidade de São Paulo ■. Em sua tese de doutorado, pesquisou as vivências de participantes de conselhos de escola do município de Suzano. Cileda explica que as concepções de direitos, cidadania e educação dos participantes se alteram ao longo da experiência: "As vezes a pessoa entra em um conselho para defender um direito particular, sem a intenção de aprender algo. Mas depois ela percebe o que aprendeu sobre ação coletiva e conquista de direitos e passa a se colocar de uma maneira diferente, querendo ajudar a formar outras pessoas".

O professor Carlos Ehlers conhece bem o potencial educador da mobilização. Ele participa da ação coletiva contra a demolição da Escola Municipal Friedenreich, na cidade do Rio de Janeiro, onde suas filhas estudavam. Referência pedagógica em nível nacional e uma das mais bem posicionadas no Exame

■ O artigo, publicado na *Revista Brasileira de Educação*, pode ser acessado em bit.ly/1gBBUX1 ■ Leia seu artigo em bit.ly/1itiU9h

Nacional do Ensino Médio (Enem), a escola estava ameaçada pelo projeto de ampliação do Maracanã para a Copa do Mundo. Com a ajuda da → **Rede Mobilizadora Meu Rio**, cidadãos da comunidade se organizaram para pressionar o poder público a preservar a escola ([em degardanafriedenreich.meurio.org.br](http://emdegardanafriedenreich.meurio.org.br)).

A mobilização resultou vitoriosa com o cancelamento da demolição, mas não parou por aí. Hoje a comunidade ainda se organiza para promover a gestão participativa na escola, tendo inclusive criado o projeto "Política também se faz na escola".

"Foi uma experiência enriquecedora, porque tivemos de pensar para agir de forma mais sistemática. Fica o aprendizado de que ninguém faz nada sozinho. Isso dá outra leitura do que seja a democracia", relata Ehlers (*leia mais no quadro à pág. 44*).

Reunir pessoas de diversos setores interessadas em se mobilizar por uma causa com a qual se identifica é uma das facilidades trazidas pela internet e aproveitadas pela plataforma Meu Rio. Rafael Rezende, coordenador de mobilizações da rede, explica que a interação entre os mobilizadores se alterna entre os mundos on e off-line. "Temos tanto fóruns de debate (*na internet*) quanto reuniões presenciais, em que são traçadas as estratégias de ação e se discute muito sobre o que e como vamos fazer." Os ativistas levam as reflexões sobre as causas para seus núcleos pessoais e outros espaços. "A construção coletiva se dá muito a partir desses debates."

A interação pode ser um espaço precioso de aprendizado, não somente sobre o relacionamento com outros ativistas, mas também do autoposicionamento do cidadão. Quando as ações coletivas reforçam a ideia de que cada um tem um papel a cumprir, desperta também a percepção de cada participante como sujeito de sua própria história.

Isso o empodera a se tornar agente de transformação social.

A formação de sujeitos autônomos, capazes de se mobilizar pelas mudanças na sociedade é um dos princípios da → **Educação Popular**, referencial muito utilizado nos processos de formação de → **movimentos sociais**. Muito influenciada pelas referências teóricas e metodológicas do livro *Pedagogia do Oprimido*, do educador Paulo Freire (1921-1997), ela tem uma intencionalidade política, de formação de pessoas para a transformação da ordem social.

A doutora em Sociologia pela Unesp Raiane Assumpção argumenta que essa formação busca um diálogo entre as teorias e a concepção de mundo dos educandos. "O trabalho é deixar de buscar só explicações superficiais sobre a realidade e ir à essência. Então é necessário partir da realidade do sujeito e da visão de mundo que ele tem e construir a estratégia de aprendizado em conjunto."

Reconhecer a importância dos saberes acumulados pela experiência de cada um é essencial tanto para essa concepção de educação quanto para a reflexão sobre como pode ser feita a formação política. "Você aprende a participar *participando*. Educação é um processo, e por isso há muitos desafios", argumenta Cileda. "(...) a formação para a participação deve problematizar, provocar reflexões e desacomodar." Nessa direção, a concepção freiriana estimula os questionamentos sobre a visão de mundo dos educandos e a posição de cada um dentro dele.

O respeito ao outro, a desconstrução da convivência autoritária, a valorização do diálogo, a promoção da participação popular e a recusa do assistencialismo e da doutrinação ideológica são alguns dos valores defendidos por Paulo Freire que podem ser observados em práticas de educação popular, segundo

■ **Meu Rio é uma plataforma on-line que suporta e apoia mobilizações, sugeridas pelos integrantes de sua rede, relacionadas a questões locais da capital fluminense**

■ **Concepção de educação "realizada por meio de processos contínuos e permanentes de formação, que possui a intencionalidade de transformar a realidade a partir do protagonismo dos sujeitos", conforme definição do Instituto Paulo Freire**

■ **Segundo Maria da Glória Gohn, da Unicamp, movimentos sociais são "ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas"**



DEMOCRACIA QUE SE APRENDE

Carlos Ehlers, 50 anos, Escola Municipal Friedenreich

A Copa do Mundo mexeu com a vida do professor Carlos Ehlers de um jeito diferente: por causa de obras no Maracanã, ele se viu obrigado a se mobilizar para que a escola em que suas duas filhas estudavam não fosse demolida. A ação deu certo, mas Ehlers não parou. Além de participar ativamente da gestão da escola (mesmo depois que suas filhas deixaram de estudar lá), o professor se aproximou de discussões políticas sobre educação pública, além ajudar em mobilizações de outras comunidades prejudicadas pelas obras da Copa.

"Nós vamos muito à Câmara, levamos propostas e exigimos que elas sejam debatidas. Eu acho que a democracia tem de sair do viés deliberativo para o participativo." Ele atribui à internet a possibilidade de organizar ações de uma maneira mais dinâmica: "A tecnologia dá a condição de criação de alternativas e é o momento de a sociedade se apropriar desses mecanismos e usá-los de uma forma inteligente".

Segundo Ortellado, a estrutura mais horizontal dos movimentos exige esforços contínuos de formação

analisado pela doutora em Sociologia da Educação Jade Percussi em artigo publicado na revista *Rizoma Freiriano* [E](#).

A Educação Popular preza pela experiência coletiva, uma das características marcantes de movimentos sociais. “A experiência por si mesma pode marcar a trajetória de cada um dos indivíduos, mas é a reflexão coletiva que traz consigo a possibilidade de mudança no modo de viver e de pensar o mundo de um grupo ou comunidade”, escreve Jade. Maria da Glória Gohn argumen-

[Artigo disponível em bit.ly/1k4uQCC](http://bit.ly/1k4uQCC)



A NECESSIDADE FAZ A LUTA

Lúcia Aparecida Paulista, 31 anos, MTST

Há dois anos, Lúcia Aparecida Paulista recebeu uma notícia amarga: foram dados dez dias para a desocupação do terreno em que ela e mais 90 famílias moravam. Em um impulso, ela recolheu assinaturas dos moradores e foi buscar no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) apoio para negociar a reintegração de posse. A partir daí, passou a atuar no movimento e hoje coordena o acampamento Pinheirinho do ABC, na Região Metropolitana de São Paulo. Conforme participava das formações com outros companheiros, Lúcia mudou de opinião em relação aos próprios direitos: “Eu achava que, por ter invadido um espaço que não era meu, não tinha direito a nada. A partir do momento em que me envolvi com o movimento, entendi que tenho direito não só à moradia, mas também a transporte, saúde e educação”. Lúcia acredita que o convívio ensina muito sobre a atuação política e elogia a unidade do movimento. “Algumas pessoas que vieram ao ato (dia 22 de maio, em São Paulo) não moram em ocupação, mas estão aqui para apoiar a luta do MTST”, diz.

ta também que os movimentos sociais, em suas reflexões, realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas que nem sempre têm espaço nos espaços formais de tomada de decisão.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) tenta incluir na sua formação o desenvolvimento da consciência de direitos. Ana Paula Ribeiro, responsável pela área de formação do movimento, explica que o aprendizado é alternado entre prática e momentos de sistematização do conhecimento. “A vivência das assembleias já é bem politizadora, pois, quando discutimos nossas pautas, temos de entrar em um consenso para tomar as decisões.” A formação sobre a história e as metas acontece já nas primeiras semanas de entrada no movimento, sempre coordenada por militantes eleitos dentro dos próprios acampamentos do MTST.

“No momento em que a pessoa entra para a militância, ela tem um objetivo muito claro, que é a moradia. Conforme participa, o militante percebe que o movimento tem princípios que extrapolam para a luta por outros direitos básicos.” Para Ana Paula, o que impulsiona a formação política dos militantes é a luta. “Nós dependemos de questões mais subjetivas que não advêm da educação formal.”

Lúcia Aparecida Paulista, militante que coordena a ocupação Pinheirinho do ABC, demonstra que o envolvimento com o MTST transformou sua visão sobre o acesso a direitos: “Mesmo quando eu estiver na minha moradia própria, quero continuar no movimento para lutar com meus companheiros. Não por mim, mas por outras famílias que têm esse direito” (mais em quadro ao lado).

O professor Pablo Ortellado, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (Each-USP), aponta mudanças que alteraram a dinâmica dos

movimentos sociais dos anos 1970 até hoje. Os mais antigos trabalhavam com uma lógica de representantes eleitos e assembleias periódicas para fiscalizar sua atuação. Já os movimentos sociais contemporâneos são mais horizontais – principalmente os surgidos no contexto das redes sociais – e preferem assembleias gerais permanentes e colegiados, por exemplo. “Essa mudança empoderou muitas pessoas que estavam nas bases dos movimentos e tinham pouca participação. Elas passaram a atuar diretamente nas decisões.”

A mudança exige esforços de formação política contínua. “As iniciativas contemporâneas têm em comum o fato de serem muito cuidadosas com o aspecto democrático, e isso torna muito mais lento o aprendizado político em função das diferenças de vivência entre os membros”, completa Ortellado.

Ana Paula reconhece o caráter desafiador desse processo, que tenta romper com a cultura política lapidada durante séculos (mais na reportagem à pág. 20). “Uma das nossas dificuldades é quebrar os ciclos do paternalismo e do personalismo, com os quais as pessoas têm muitas dificuldades de se desacostumar.”

CONHECIMENTO E LIBERTAÇÃO

A formação contínua e organizada é uma das estratégias para os movimentos sociais despertarem a consciência transformadora em seus participantes. A doutoranda em Sociologia Carmen Silva, coordenadora da ONG SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, defende que participar desses movimentos já é transformador em si mesmo, mas recomenda: “A formação esporádica não tem o mesmo efeito. É importante ter uma periodicidade definida e ser progressiva, considerando que existem pessoas chegando

a todo momento à militância e que não têm as mesmas condições de quem já estava nela”. Além disso, promover o senso crítico sobre as próprias ações coletivas deve ser um dos objetivos das formações, com vista a ativar a capacidade de inovação do grupo.

Os movimentos feministas lidam constantemente com os dilemas da formação contínua. Rebeca (nome fictício, a pedido da entrevistada), participante do coletivo → **Marcha das Vadias** de São Paulo, explica que a discussão sobre as bases teóricas e políticas do feminismo permeia vários momentos do debate.

Entretanto, as diferenças no repertório entre ativistas mais experientes e mais novas não podem limitar a participação. “Sabemos que uma mulher de 40 anos com doutorado tem mais conhecimentos teóricos que uma estudante de 18 anos, e isso pode intimidar a mais nova a expor suas ideias. Mas buscamos mostrar a ambas que cada uma tem seu próprio repertório de experiências e são igualmente importantes nos debates.” Esse estímulo faz parte do processo de empoderamento para que a militante aprenda a se posicionar em outros espaços não tão convitativos, como o ambiente de trabalho.

Carmen cita a Universidade Livre Feminista (feminismo.org.br) como exemplo de iniciativa de sistematização do conhecimento produzido na militância que pode apoiar a articulação entre os movimentos feministas. “É um site em que realizamos cursos à distância e disponibilizamos materiais para quem quer organizar formações.”

Raiane pontua que esse tipo de registro é uma forma de os movimentos se libertarem das teorias produzidas pela academia. “Os movimentos sociais não têm como tradição sistematizar o conhecimento construído, pois historicamente não tinham esse foco.”

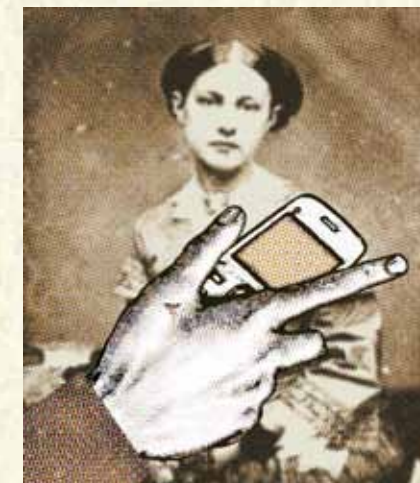
Coletivo feminista originado de manifestação em 2011, no Canadá, como reação à declaração de um policial de que as mulheres poderiam “evitar se vestir como vadias” para não serem vítimas de abuso sexual



Responsabilidades diferenciadas?

A defesa de que chegou a vez de os emergentes emitirem carbono não se justifica mais. A revolução digital combinada à produtividade das renováveis mudou o panorama

Enefasta a defesa, por parte da diplomacia brasileira, de que nas negociações climáticas, os direitos de emissão de gases de efeito estufa devem contabilizar o que cada país lançou na atmosfera desde 1850. Em primeiro lugar, não se justifica responsabilizar alguém por uma ação cujos impactos não eram conhecidos à época em que foi tomada. O German Advisory Council on Global Change também preconiza uma contabilidade das emissões *per capita*, levando em conta o passado, mas parte de 1990, momento em que a comunidade científica internacional tornou públicas as evidências de que os gases de efeito estufa eram destrutivos para o sistema climático e de origem antrópica. Além de ser eticamente indefensável, voltar a 1850 é inviabilizar qualquer acordo, pela carência de informações sobre o que se emitia à época.



perda. É um pouco como se dissessem: chegou a nossa vez. Os resultados só podem ser catastróficos não só globalmente, mas para os próprios países que insistem nesta rota.

Até poucos anos atrás, essa postura poderia ser justificada pela ausência de alternativas. Ampliar a exploração e o uso de fósseis era, de fato, para a maior parte dos países em desenvolvimento, o meio mais barato para acesso à energia. Mas os efeitos combinados da revolução digital e dos ganhos de produtividade das renováveis (sobretudo solar e eólica) mudam radicalmente esse panorama.

Ray Kurzweil, importante inventor e inovador americano, mostra, no caso da energia solar, que seu crescimento tem sido exponencial. Nos últimos 20 anos, a oferta dobra a cada dois anos. Dobrando mais oito vezes ao longo dos próximos 16 anos, 100% da oferta de energia do planeta poderia ser solar. Ao mesmo tempo, tudo indica que o grande limite das fontes renováveis modernas – a intermitência –, está em vias de ser superado, com a melhoria das condições de armazenamento da energia em baterias.

É o que mostra um relatório recen-

te do Rocky Mountain Institute, com o sugestivo título de *Grid Defection*, algo como o *Abandono da Rede*. As formas convencionais de geração de energia vão-se tornando economicamente inviáveis. E o que está em jogo não são apenas as usinas movidas a carvão, mas o próprio conceito de geração centralizada com distribuição subsequente (*hub-and-spoke*, na expressão em inglês).

A organização financeira global UBS prevê que, ainda nesta década, as contas de energia elétrica na Itália, na Alemanha e na Espanha cairão de 20% a 30%, como resultado do aumento da autoprodução de energia. As empresas convencionais de energia na Europa devem perder 50% de seus lucros antes de 2020.

UMA INTERNET DA ENERGIA

O mais importante é que essas fontes renováveis avançam juntamente com o aumento da conexão em rede. Trabalho recente de consultores da McKinsey mostra que os sistemas centralizados de obtenção e posterior distribuição de energia, implantados de forma generalizada desde Thomas Edison, serão substituídos por redes descentralizadas a partir de dispositivos altamente conectados entre si: uma internet da energia.

Estimular a generalização desse avanço é o maior desafio das duas próximas conferências do clima. Lutar para garantir direitos de emissão aos países em desenvolvimento é insistir num caminho que os afasta dessa fascinante conquista civilizacional, resultante do crescimento da autoprodução de energia sobre bases renováveis. Dois estudos recentes do BNDES mostram que China e Índia estão se preparando para essa mudança, com grandes empresas de atuação global em solar e eólica. Já o Brasil insiste na hidroeletricidade e no petróleo e condena-se a ser importador das tecnologias que hoje estão revolucionando as renováveis. Com o olho em 1850,

1 Acesse relatório em goo.gl/q5Hsv4 2 Mais em goo.gl/LtEHjh 3 Leia em rmi.org/electricity_grid_defection 4 goo.gl/po6v65 5 goo.gl/iaGk5 6 Acesse os estudos do BNDES em goo.gl/FWu4lB e em goo.gl/dMru8u



A POLÍTICA É FEMININA

Giulia Tadini, 24 anos, coletivo Juntas!

Giulia não lembra ao certo quando começou a se interessar por feminismo, mas sabe que o que aprendeu sobre o tema não foi em sala de aula. “Sempre gostei do debate sobre gênero e aprendi muito na mobilização. Mas também sobre atuação política, porque o feminismo ajuda as mulheres a buscar participação na sociedade como um todo.” Ela participa desde 2011 do Juntas!, articulação de mulheres para a atuação política, um dos coletivos que estiveram na Marcha das Vadias em São Paulo no dia 24 de maio. Giulia concorda que a formação na temática de gênero estimula as contradições internas. “Eu acho que o feminismo em si é muito contra-hegemônico, então o tempo todo questionamos nossas práticas e formas de agir. Hoje eu tenho a influência da visão feminista no meu jeito de pensar em tudo.”

A ESCOLA SAINDO DA ESCOLA

O conhecimento produzido na atuação política poderia ser aproveitado pelas escolas e pela academia não só no seu conteúdo, mas também na concepção de aprendizado. “Há muita coisa sendo aprendida na vida que a escola acaba ignorando porque privilegia um saber hierarquizado, que muitas vezes não dá conta na tomada de decisões”, argumenta Cileda. Ela defende que as escolas atuem em consonância com as questões sociais do seu território.

Em adição, o referencial da educação popular pode se tornar uma política pública para qualificar não só a educação formal, mas outros espaços de participação social. “A escola não deve ser um espaço apenas do diretor e do aluno, mas também da comunidade escolar”, argumenta Raiane. Ver a escola como um espaço potencializador das relações e das transformações, em sua opinião, significa produzir conhecimento para desenvolver a autonomia dos cidadãos.

A concepção inicial dos Centros de Educação Unificados (CEUs) paulistanos possuía esse objetivo, conforme expôs a ex-secretária de Educação da cidade de São Paulo Maria Aparecida Perez no “Seminário Internacional Educação Popular Hoje”, promovido pela ONG Ação Educativa: “A ideia era permitir o debate e a criação coletiva com a comunidade sobre as atividades de convivência social dos centros”. Aparecida defende que a gestão democrática da educação faça parte dos planos

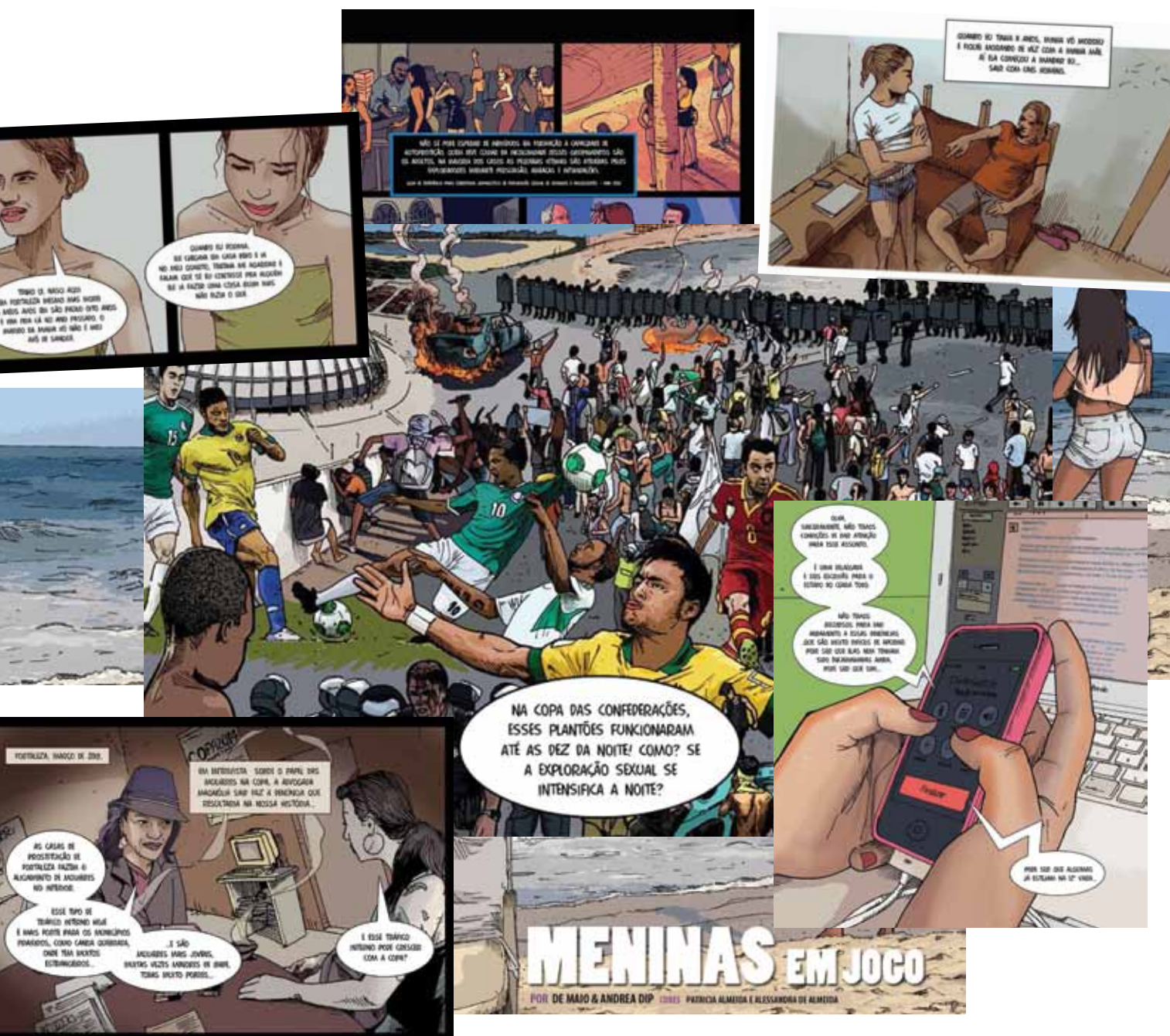
pedagógicos: “A escola precisa formar sujeitos na sua relação com toda a comunidade. Para que a troca de saberes seja permanente, o currículo deve ser discutido”.

Se implantada, a Política Nacional para a Educação Popular (Pnep) pode levar essas referências metodológicas para políticas públicas de vários setores, recomenda Raiane. “Ela imporá a necessidade de trabalho com a comunidade e o estímulo à emancipação dos cidadãos. Por exemplo, em vez de a educação ambiental ser orientada só pela conscientização ecológica, poderia propor questionamentos sobre modelos de desenvolvimento.” A mudança ajudaria inclusive a qualificar os espaços institucionais de participação social, como as conferências temáticas e conselhos do governo federal.

Cileda concorda com a necessidade de qualificação. Ela, que atualmente trabalha com a formação de conselheiros de escolas em São José dos Campos (SP), reforça que é importante desmontar as estruturas hierárquicas de ensino para formar cidadãos capazes de participar das tomadas de decisão, inclusive nesses espaços.

“Nós temos mais de 500 anos de estrutura social verticalizada, centralizada e hierarquizada em que o clientelismo e o patrimonialismo estão naturalizados. Então, não adianta só criar o conselho e mandar participar, senão ele vai acabar refletindo vícios que estão no nosso tecido social”, sentencia. ■■

Durante o evento Arena de Participação Social, a Secretária-Geral da Presidência da República lançou o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, um dos primeiros passos para a implantação da PNEP. Mais em bit.ly/1oRDe9p.



Fora das quadras

Se o **Jornalismo, em essência**, é contar histórias, toda a forma de narrativa vale a pena. Aqui, o meio escolhido – os quadrinhos – uniu o relato vivo da repórter Andrea Dip ao traço realista e sombrio de Alexandre De Maio. O resultado é “Meninas em Jogo”, uma reportagem que denuncia a exploração sexual de crianças e adolescentes no Ceará, sob o contexto da Copa do Mundo. O formato inovador permitiu combinar a narração dos fatos com o *making of* da reportagem, levando a jornalista ao rol dos personagens. O projeto da *Pública – Agência de Reportagem em Jornalismo Investigativo* compreendeu três meses de apuração, mais de 30 entrevistas e muita andança pelas franjas da sociedade cearense. Acompanhe toda essa trama – em cinco capítulos – acessando apublica.org/2014/05/hq-meninas-em-jogo. – Amália Safatle



II COBEE
Congresso Brasileiro de Eficiência Energética
Expo Eficiência 2014

Conectando mercados, empresas e profissionais

21 e 22 de julho
8h30 às 18h00





Expo Eficiência

Venha participar da mais atualizada feira de eficiência energética do País

Centro de Convenções Frei Caneca
São Paulo · SP

facebook.com/COBEE2014 | twitter.com/COBEE2014

Faça agora mesmo a sua inscrição gratuita | www.cobee.com.br



Realização



Patrocinadores



Organização e Comercialização



Apoio de Mídia





▶ Todos os dias a Braskem contribui para capturar CO₂ do meio ambiente. Para você capturar mais momentos como esse.



Desde sua formação, a Braskem investe em iniciativas que contribuem para melhorar a vida das pessoas e para o desenvolvimento sustentável de maneira inovadora.

Seja buscando soluções sustentáveis para seu processo de produção, como a reutilização de água em sua produção industrial, seja criando produtos que capturam CO₂ da atmosfera, como o plástico verde, feito a partir de matéria-prima renovável, a cana-de-açúcar.

É com esse pioneirismo que a Braskem é reconhecida mundialmente pelos seus esforços em sustentabilidade e está entre as 10 empresas mais inovadoras do mundo dedicadas ao bem-estar social em 2014, segundo a revista Fast Company. É assim que ela contribui para minimizar os impactos no meio ambiente não apenas no seu dia, mas sempre.

Conheça essas e outras iniciativas da Braskem acessando braskem.com/meioambiente

Braskem

Uma das empresas mais inovadoras do mundo